

Diário Oficial



Estado de Pernambuco

Ano LXXXIX • Nº 218

Poder Legislativo

Recife, sexta-feira, 21 de dezembro de 2012

Premiação de estudantes encerra centenário Luiz Gonzaga

Alunos de escolas públicas elaboraram redação sobre vida do artista



1º LUGAR - Amorim, Isabel, José Eduardo, Graça e Queiroz



2º LUGAR - Tony Gel, Arthur Leandro e Antônio Moraes



3º LUGAR - Cynthia, Henrique Queiroz, Ângelo e Marcantônio

Encerrando a programação do Centenário Luiz Gonzaga, a Assembleia Legislativa de Pernambuco promoveu, ontem, um Grande Expediente Especial. Solicitado pelo presidente da Casa Joaquim Nabuco, deputado Guilherme Uchoa (PDT), o evento marcou a premiação dos cinco vencedores do Concurso de Redação Luiz Gonzaga – 100 anos de Vida e Obra do Pernambucano do Século. Estudantes de todas as regiões do Estado participaram da iniciativa. A seleção dos textos foi feita por integrantes da Assessoria de Preservação do Patrimônio Histórico; da Comissão de Educação e da Escola do Legislativo.

O presidente em exercício, deputado Marcantônio Dourado (PTB), coordenou o encontro e destacou agenda promovida pela Alepe para homenagear Luiz Gonzaga, a exemplo da edição de 18 mil exemplares de cordel; a realização do *Concerto Sinfônico Gonzagueano* gravado pela *TV Globo*; a pro-

dução do DVD *O Jumento e a Estrela*; a elaboração de documentário sobre a vida e obra de Luiz Gonzaga e a realização da Reunião Itinerante em Exu, no último dia 13. “Gonzaga divulgou os ritmos nordestinos para o Brasil e para o mundo, o que foi bastante relevante para nossa cultura”, observou. Para o presidente da Comissão Suprapartidária do Centenário, deputado Antônio Moraes (PSDB), “as atividades realizadas ajudarão os jovens a conhecer melhor a vida do Rei do Baião”.

Resultado de um projeto apresentado pelo deputado Henrique Queiroz (PR), o concurso foi exclusivo para os alunos da rede pública estadual. O primeiro colocado foi o estudante José Eduardo Bizzerra Teles, da Escola Eneide Coelho Paixão Cavalcanti, do município de Petrolina, que recebeu a nota 9,4. “Para redigirem os textos, os participantes precisaram estudar a vida do artista. O resultado foi surpreendente. Foi grande



4º LUGAR - Odacy Amorim, Cywka Landy e Pimentel

o número de participantes do concurso”, comentou Queiroz, que também foi autor da proposta que instituiu a entrega de cem medalhas alusivas ao centenário a pessoas que contribuem para fortalecer a cultura pernambucana, especialmente o legado deixado pelo Velho Lua.

A segunda colocação ficou com Arthur Leandro Santos de Lima, da Escola Técnica Estadual Maximiano Accioly Campos, de Jaboatão dos Guararapes. Ele obteve nota 9,23. Ângelo Jonatan da Silva,

da Escola Ana Faustina, de Surubim, foi o terceiro colocado com nota 9,0. Da Escola de Referência Josias Inojosa de Oliveira, de Araripina, Cywka Landy Barbosa Santos obteve a 4ª colocação, com a nota 8,73 e; em 5º lugar, Vitória Maria Alves de Oliveira, da Escola de Referência Professor Jordão Emerenciano, do Recife, com a nota 8,7. As redações selecionadas serão publicadas e enviadas para unidades de ensino da rede estadual. Como premiação, os estudantes receberam um di-



5º LUGAR - Queiroz, Vitória, Fátima e Marcantônio

ploma e um valor em dinheiro.

O evento ainda contou com o lançamento do Livro *O Matuto que Conquistou o Mundo*, escrito pelo jornalista Gildson Oliveira e a exibição de trechos dos documentários *Luiz Gonzaga, a Luz dos Sertões*, produzido por Anselmo Alves, e *O Jumento do Lua Estrela*, realizado por Wildes Sampaio. A programação foi encerrada com a apresentação do artista Ed Carlos, que cantou músicas do CD *É o povo – Ed Carlos canta Gonzaga*.

A Comissão Especial Centenário Luiz Gonzaga contou com os deputados Antônio Moraes, Henrique Queiroz, Tony Gel (DEM), Isabel Cristina (PT), João Fernando Coutinho (PSB), Sebastião Oliveira Júnior (PR). Ainda participam os servidores Francklin Santos, Graça Vasconcelos, Cynthia Barreto, Suzana Diniz, Sirlênia Araújo e Paula Imperiano. Graça Vasconcelos foi escolhida pelos deputados para entregar o prêmio ao primeiro colocado no concurso.

Líder do Governo elogia empenho do Poder Legislativo

Matérias importantes do Executivo foram aprovadas

Ao aprovar projetos do Poder Executivo, a Assembleia Legislativa tem desempenhado papel importante no processo de crescimento e de consolidação das políticas públicas em Pernambuco. A avaliação foi feita, ontem, pelo líder do Governo na Casa, deputado Walde-
mar Borges (PSB), que fez um balanço positivo das atividades em 2012. “Foram mais de 160 iniciativas do Governo, quase uma por dia útil”, contabilizou, destacando matérias importantes como a que autoriza o Estado a contrair empréstimos de R\$ 550 milhões junto ao Banco Interameri-

cano de Desenvolvimento (Bird). O montante será aplicado na Adutora do Agreste.

O socialista agradeceu o apoio recebido de sua bancada e da de Oposição, que “está mais comprometida com o bem comum dos pernambucanos”. “A Casa tem dado exemplo”, observou, enfatizando que a economia estadual continua crescendo acima da média nacional. “Os investimentos não param. Mais de dez empresas de grande porte estão se instalando no Interior”, informou, citando a Fiat, em Goiânia, na Mata Norte; a Nissin, em Glória do Goitá, no Agreste;



DISCURSO - Borges

além das aplicações no Complexo Portuário de Suape.

Na área educacional, das 300 escolas de referência pre-

vistas para o final do Governo Eduardo Campos (PSB), 217 foram concluídas. “Escolas tradicionais tiveram a infraestrutura melhorada. Também houve avanço na qualificação dos professores. O Programa Ganhe o Mundo é outra referência nacional”, pontuou, citando ainda incrementos nas áreas de saúde e de segurança pública. “Pernambuco está reduzindo progressivamente os índices de violência”, observou. O líder do Governo agradeceu o empenho da Casa e fez um apelo aos novos prefeitos para que atuem intensamente nas políticas sociais.

Habitação

Comunidade Vila Santana ganha direito a ocupar terreno em Camaragibe

As ações do Movimento de Luta pelo Teto (MLT) foram elogiadas pelo deputado Manoel Santos (PT), ontem. O parlamentar comemorou a notícia de que famílias em luta pela restituição de posse do terreno, na comunidade de Vila Santana, município de Camaragibe, ganharam a causa na Justiça. O grupo é ligado ao MLT.



DEFESA - Santos

“A falta de moradia é um dos problemas mais sérios da Região Metropolitana do Recife”, enfatizou. O petista observou que as famílias, instaladas no local, desde novembro de 2011, foram surpreendidas com uma ordem de despejo no último mês. “O grupo recebeu o apoio da Companhia Estadual de Habitação e Obras (Cehab)

para reunir a documentação necessária, e dos advogados Abnet Davi de Amaral Canário e Maria José do Amaral”, declarou, parabenizando o movimento e as autoridades envolvidas.

Manoel Santos também registrou a presença de Sérgio Capoeira e de Sérgio Pinto, representantes do MLT, no Plenário.

Região metropolitana

Prefeito eleito de Ipojuca se despede da Casa

Após seis anos na Casa Joaquim Nabuco, o deputado Carlos Santana (PSDB) se despediu, ontem, do Poder Legislativo. Em 1º de janeiro de 2013, o parlamentar assumirá a Prefeitura de Ipojuca, localizada no Litoral Sul do Estado. “Tenho orgulho de ter participado deste colegiado. Aprendi muito e saio mais experiente para lutar pela melhoria da minha cidade, do Estado e do País”, destacou, agradecendo a acolhida aos projetos, às indicações e aos requerimentos de sua autoria.

O tucano chegou ao Legislativo Estadual em 2007. “Aqui aprendi a legislar”, destacou, ressaltando a convivência pacífica e o respeito mútuo entre parlamentares e

funcionários. “Em Ipojuca, farei uma gestão séria, transparente, participativa e que atenda aos cidadãos e aos novos desafios impostos”, completou.

Em apartes, os deputados desejaram sucesso a Carlos Santana. Odacy Amorim (PT) destacou a importância de Ipojuca, “que tem uma das maiores rendas do Estado”. “Neste período de convivência, estreitamos nossa amizade e tenho certeza de que a administração terá bastante êxito”, frisou Raimundo Pimentel (PSB). “Foi um grande conselheiro”, avaliou Diogo Moraes (PSB).

Antônio Moraes (PSDB) ressaltou “a sensibilidade política de Santana” e Teresa



TRIBUNA - Carlos Santana

Leitão (PT) enfatizou “a falta de políticas sociais no município e o desafio do novo gestor”. “Fará falta à rotina da Casa”, observou Waldemar Borges (PSB). “É preciso qualificar a população, a fim de credenciá-la para aproveitar o crescimento econômico da região”, registrou

Henrique Queiroz (PR). “Santana ajudará o povo”, enfatizou Ramos (PMN).

Para Zé Maurício (PP), “o retorno ao Executivo é o reconhecimento a administrações anteriores”. “Desejamos que a gestão seja exemplo para todos”, observou Daniel Coelho (PSDB). “Santana assume no momento em que o Brasil exige administradores éticos, transparentes e comprometidos com a inclusão social”, apontou Isabel Cristina (PT).

O presidente da Alepe em exercício, Marcantônio Dou-
rado (PTB), saudou Santana em nome da Mesa Diretora. “Com sua coerência e retidão fará de Ipojuca um grande município”, pontuou o pete-

Políticas públicas

Frente em favor dos menores faz balanço

Um relatório sobre as ações realizadas pela Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente foi levado ao Plenário, na manhã de ontem, no discurso da deputada Teresa Leitão (PT). A parlamentar coordenou o grupo que funcionou, na Alepe, de maio de 2011 a outubro deste ano. Temas como educação, saúde, erradicação do trabalho infantil e o consumo de drogas integram a pauta.



PT -Teresa Leitão

Ao todo, foram seis reuniões internas, e quatro externas. Uma delas, realizada em Fortaleza (CE), reuniu Comissões e Frentes de todo o País para elaborar planos municipais da primeira infância. Debate sobre ampliação do Orçamento do Estado para implantação de políticas em benefício da faixa etária, oficina sobre infância e adolescente no Parlamento e os lançamentos da Caravana Nordeste contra o Trabalho Infantil e da Aliança para Infância de Pernambuco também foram realizados durante a atuação do grupo.

A petista ressaltou que, em 2013, haverá discussão importante sobre medidas de proteção para a Copa do

Mundo de 2014. O objetivo é evitar o abuso sexual e o trabalho infantil. “Muitos turistas circularão por aqui e há uma sedução muito grande para adolescentes e crianças”, observou, agradecendo a participação efetiva da sociedade civil. “Incentivamos a continuar vigilantes na defesa das crianças e dos adolescentes”.

Teresa registrou, ainda, a participação dos outros membros do colegiado: Betinho Gomes (PSDB), Mary Gouveia (PSD), Adalberto Santos (PSB), Júlio Cavalcanti (PTB), Ricardo Costa (PTC), Diogo Moraes (PSB), Clodoaldo Magalhães (PTB) e Daniel Coelho (PSDB).

Destaque para Secretaria da Criança e Juventude

Um balanço dos dois anos de atividades da Secretaria da Criança e da Juventude foi realizado ontem, pela deputada Raquel Lyra (PSB). Foram implantadas ações estruturadoras nas 12 microrregiões do Estado. A socialista retornou ao Legislativo, esta semana, após passar dois anos como secretária da pasta. “O cuidado com as crianças e a juventude é uma prioridade

do Governo Eduardo Campos”, disse.

Ela citou Casa de Juventude, presente em 92 municípios. “Trata-se de uma parceria entre Estado e municípios. As Casas da Juventude visam fomentar a participação social”, explicou.

Raquel também comentou que Pernambuco tem sido referência no Programa Atenção Redobrada. “Esta semana, estivemos na Secretaria Nacional da Criança, em Brasília, apresentando essa iniciativa para 11 estados que receberão a Copas das Confederações.”

O Programa Minha Certidão, que assegura ao recém-nascido sair da maternidade com o registro civil, e o projeto de estruturação e revitalização de creches, em parceria com os municípios, também foram registrados.



ANÁLISE - Raquel

Ordem do Dia

Centésima Quadragésima Oitava Reunião Ordinária da Segunda Sessão Legislativa Ordinária da Décima Sétima Legislatura, realizada em 21 de dezembro de 2012, às 10:00 horas.

Ordem do Dia

Discussão Única do Parecer de Redação Final nº 3659/2012
Autora: Comissão de Redação Final

Oferece Redação Final ao Projeto de Lei Ordinária nº 609/2011, de autoria do Poder Executivo que concede às pessoas com deficiência gratuidade nos veículos do Sistema de Transporte Público de Passageiros da Região Metropolitana do Recife – STPP/RMR, e dá outras providências.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/12/2012

Discussão Única do Requerimento nº 1736/2012
Autor: Dep. Daniel Coelho

Solicita que seja realizada uma Audiência Pública na Comissão de Saúde e Assistência Social desta Casa Legislativa, convidando representantes da Secretaria de Saúde do Estado de Pernambuco e do LAFEPE, bem como funcionário do LAFEPE e representantes do SINDTRAFARMA, para discutir sobre a suspensão de fabricação, distribuição, comercialização e uso de medicamentos.

DIÁRIO OFICIAL DE - 28/11/2012

Atas

ATA DA CENTÉSIMA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE DEZEMBRO DE 2012, ÀS 14:30 HORAS.

PRESIDÊNCIA DOS DEPUTADOS MARCANTÔNIO DOURADO, ERIBERTO MEDEIROS E TONY GEL

AOS 19 (DEZENOVE) DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DO ANO DE 2012 (DOIS MIL E DOZE), ÀS 14 (CATORZE) HORAS E 30 (TRINTA) MINUTOS, NO PLENÁRIO DO PALÁCIO JOAQUIM NABUCO, PRESENTES OS DEPUTADOS ADALBERTO CAVALCANTI, ADALTO SANTOS, AGLAILSON JÚNIOR, ANDRÉ CAMPOS, ÂNGELO FERREIRA, ANTÔNIO MORAES, AUGUSTO CÉSAR, BETINHO GOMES, CLAUDIANO MARTINS FILHO, CLODOALDO MAGALHÃES, DANIEL COELHO, DIOGO MORAES, EDSON VIEIRA, ERIBERTO MEDEIROS, FRANCISMAR PONTES, GUSTAVO NEGROMONTE, HENRIQUE QUEIROZ, IZAIAS RÉGIS, JOÃO FERNANDO COUTINHO, LEONARDO DIAS, LUCIANO SIQUEIRA, MANOEL SANTOS, MARCANTÔNIO DOURADO, MAVIAEL CAVALCANTI, ODACY AMORIM, PASTOR CLEITON COLLINS, RAIMUNDO PIMENTEL, RAMOS, RAQUEL LYRA, RILDO BRAZ SÉRGIO LEITE, SÍLVIO COSTA FILHO, TERESA LEITÃO, TONY GEL E ZÉ MAURÍCIO, TENDO JUSTIFICADO SUAS AUSÊNCIAS OS DEPUTADOS BOTAFOGO FILHO, CARLOS SANTANA, EVERALDO CABRAL, GUILHERME UCHÔA, ISABEL CRISTINA, JOSÉ HUMBERTO CAVALCANTI, JULIO CAVALCANTI, MARY GOUVEIA, PEDRO SERAFIM NETO, RICARDO COSTA, RODRIGO NOVAES, SEBASTIÃO OLIVEIRA

JÚNIOR E WALDEMAR BORGES, ENCONTRANDO-SE LICENCIADOS OS DEPUTADOS ALBERTO FEITOSA, ALUISIO LESSA, ISALTINO NASCIMENTO, LAURA GOMES E VINÍCIUS LABANCA (ATRAVÉS DA RESOLUÇÃO Nº 1149, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2012), CONSTATADO O QUORUM REGIMENTAL, O SENHOR PRESIDENTE, DEPUTADO MARCANTÔNIO DOURADO, DECLARA ABERTA A REUNIÃO, CONVIDA A OCUPAREM AS CADEIRAS DE PRIMEIRO-SECRETÁRIO E SEGUNDO-SECRETÁRIO OS DEPUTADOS JOÃO FERNANDO COUTINHO E ERIBERTO MEDEIROS, RESPECTIVAMENTE, DETERMINA A ESTE QUE PROCEDA À LEITURA DAS ATAS DAS REUNIÕES PLENÁRIAS REALIZADAS NO DIA DEZOITO DO CORRENTE, APÓS AS QUAIS O SENHOR PRESIDENTE A SUBMETE À DISCUSSÃO E À VOTAÇÃO, QUE, APROVADAS, SÃO ENVIADAS À PUBLICAÇÃO, E AO SENHOR PRIMEIRO-SECRETÁRIO QUE PROCEDA À LEITURA DO EXPEDIENTE, APÓS A QUAL É ENVIADO À PUBLICAÇÃO, ANUNCIA O PEQUENO EXPEDIENTE E CONCEDE A PALAVRA AO DEPUTADO TONY GEL PARABENIZA A MESA DIRETORA PELAS HOMENAGENS AO CENTENÁRIO DE LUIZ GONZAGA, AS FESTIVIDADES EM EXU E A ENTREGA DAS MEDALHAS NO TEATRO SANTA ISABEL. O DEPUTADO ADALTO SANTOS COMENTA SOBRE A LEI Nº 14.869, REFORÇA O CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, INIBINDO A COBRANÇA INDEVIDA DA TAXA DE ABERTURA DE CRÉDITO, DEVOLVENDO EM DOBRO, MAIS CORREÇÃO MONETÁRIA. O DEPUTADO ERIBERTO MEDEIROS AVALIA O TRABALHO DA MESA DIRETORA DURANTE O BIÊNIO 2011-2012, ATUANDO COMO 4º SECRETÁRIO, AVALIOU DE MANEIRA POSITIVA O TRABALHO REALIZADO NA MESA DIRETORA E DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E FINANÇAS. AGRADECE AOS DEPUTADOS PELA RECONDUÇÃO À MESA DIRETORA, AOS SERVIDORES DA ASSISTÊNCIA LEGISLATIVA, SEGURANÇA E COMUNICAÇÃO SOCIAL, NA PESSOA DA SUPERINTENDENTE CHEFE, PAULA IMPERIANO E DA JORNALISTA ANDREA TAVARES, RESPONSÁVEL PELA EDIÇÃO DO DIÁRIO OFICIAL. AGRADECE A DEUS PELA ELEIÇÃO DO SEU FILHO ERIBERTO RAFAEL A VEREADOR DO RECIFE. O DEPUTADO MANOEL SANTOS TRATA DAS EXPECTATIVAS PARA O ANO DE 2013, AFIRMANDO QUE PERNAMBUCO DEVERÁ SE MANTER ENTRE OS ESTADOS QUE MAIS CRESCEM NA REGIÃO NORDESTE, RESSALTANDO A OBRA DE INSTALAÇÃO DA FIAT, EM GOIANA, E DA CHEGADA DE NOVOS EMPREENDIMENTOS NO COMPLEXO PORTUÁRIO DE SUAPE. FAZENDO USO DA PALAVRA O SENHOR PRESIDENTE REGISTRA COM SATISFAÇÃO OS DEPUTADOS ANIVERSARIANTES RAMOS E ANDRÉ CAMPOS. O DEPUTADO ODACY AMORIM, ÚLTIMO ORADOR INSCRITO NO PEQUENO EXPEDIENTE COMENTA CANÇÃO DE LUIZ GONZAGA, QUE A LETRA FALA DOS ANIMAIS DO SERTÃO, RESSALTANDO QUE ESTES ESTÃO SENDO ABANDONADOS ÀS MARGENS DAS ESTRADAS ESTADUAIS, CAUSANDO TRANSTORNO, CITANDO ACIDENTE OCORRIDO EM LAGOA GRANDE, ONDE UM CAMINHÃO PRECISOU DESVIAR DE UM JUMENTO QUE ATRAVESSAVA A PISTA E MATOU DUAS PESSOAS FORA DA ESTRADA. O SENHOR PRESIDENTE ANUNCIA O GRANDE EXPEDIENTE E CONCEDE A PALAVRA AO DEPUTADO EDSON VIEIRA, ÚNICO ORADOR INSCRITO NO GRANDE EXPEDIENTE PARA DESPEDIR-SE DESTA CASA LEGISLATIVA, POIS FOI ELEITO PREFEITO DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE. AGRADECE AOS DEPUTADOS E DEPUTADAS, SERVIDORES DA ASSISTÊNCIA LEGISLATIVA E DA COMUNICAÇÃO SOCIAL, EM ESPECIAL ÀS JORNALISTAS PAULA IMPERIANO E ANDRÉIA TAVARES, PELO EXCELENTE TRABALHO REALIZADO. FINALIZA AGRADECENDO AOS VEREADORES FRANCISCO RICARDO, JÚNIOR GOMES, PIPOCA, ZEZIN BUXIM E JÂNIO VIEIRA, E AOS SECRETÁRIOS BRUNO BEZERRA, DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E MEIO AMBIENTE; FÁBIO ARAGÃO, DA CONTROLADORIA; LUCIANA BEZERRA, DE ESTRATÉGIA URBANA E GESTÃO; E PRISCILA FERREIRA, DA SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL. O ORADOR É APARTEADO PELOS DEPUTADOS BETINHO GOMES

(ASSUME A PRESIDÊNCIA O DEPUTADO ERIBERTO MEDEIROS), AUGUSTO CESAR, TONY GEL, PASTOR CLEITON COLLINS, SILVIO COSTA FILHO, MANOEL SANTOS, MAVIAEL CAVALCANTI, ADALTO SANTOS, LUCIANO SIQUEIRA, TERESA LEITÃO, DANIEL COELHO, ANDRÉ CAMPOS, RAMOS, ZÉ MAURÍCIO, RAQUEL LYRA, CLODOALDO MAGALHÃES (ASSUME A PRESIDÊNCIA O DEPUTADO TONY GEL), RAIMUNDO PIMENTEL, ERIBERTO MEDEIROS E DIOGO MORAES. (REASSUME A PRESIDÊNCIA O DEPUTADO ERIBERTO MEDEIROS). O SENHOR PRESIDENTE ANUNCIA A ORDEM DO DIA. É APROVADO EM DISCUSSÃO ÚNICA OS PARECERES DA COMISSÃO DE REDAÇÃO FINAL NºS 3644/2012 A 3647/2012, QUE OFERECE REDAÇÃO FINAL AOS PROJETOS DE LEI ORDINÁRIA NºS NºS 992/2012, 1073/2012, 1114/2012 E 1202/2012. É APROVADO EM PRIMEIRA DISCUSSÃO O PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 609/2011. SÃO APROVADOS EM SEGUNDA DISCUSSÃO OS SUBSTITUTIVOS Nº 01 AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 908/2012 E 959/2012; E O PROJETO DE LEI Nº 1147/2012, JUNTAMENTE COM EMENDA MODIFICATIVA Nº 01 E SUBEMENDA MODIFICATIVA Nº 01. SÃO APROVADOS EM DISCUSSÃO ÚNICA AS INDICAÇÕES NºS 5466/2012 A 5499/2012 E OS REQUERIMENTOS NºS 1789/2012 A 1805/2012. O SENHOR PRESIDENTE ENCERRA A REUNIÃO E CONVOCA A SEGUINTE, EM CARÁTER SOLENE, PARA LOGO MAIS ÀS DEZOITO HORAS E QUARENTA MINUTOS, PARA ENTREGA DO TÍTULO DE CIDADÃO PERNAMBUCANO AO SENHOR GERMANO DE VASCONCELOS COELHO.

ATA DA QUINQUAGÉSIMA QUINTA REUNIÃO SOLENE DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE DEZEMBRO DE 2012, ÀS 18:40 HORAS.

PRESIDÊNCIA DA DEPUTADA TERESA LEITÃO

AOS 19 (DEZENOVE) DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DO ANO DE 2012 (DOIS MIL E DOZE), ÀS 18 (DEZOITO) HORAS E 40 (QUARENTA) MINUTOS, NO PLENÁRIO DO PALÁCIO JOAQUIM NABUCO, PRESENTES OS DEPUTADOS ADALBERTO CAVALCANTI, ADALTO SANTOS, AGLAILSON JÚNIOR, ANDRÉ CAMPOS, ÂNGELO FERREIRA, ANTÔNIO MORAES, AUGUSTO CÉSAR, BETINHO GOMES, CLAUDIANO MARTINS FILHO, CLODOALDO MAGALHÃES, DANIEL COELHO, DIOGO MORAES, FRANCISMAR PONTES, GUSTAVO NEGROMONTE, IZAIAS RÉGIS, LEONARDO DIAS, LUCIANO SIQUEIRA, MANOEL SANTOS, MAVIAEL CAVALCANTI, ODACY AMORIM, PASTOR CLEITON COLLINS, RAIMUNDO PIMENTEL, RAMOS, RAQUEL LYRA, RICARDO COSTA, RILDO BRAZ, SÍLVIO COSTA FILHO, TERESA LEITÃO, TONY GEL E ZÉ MAURÍCIO, TENDO JUSTIFICADO SUAS AUSÊNCIAS OS DEPUTADOS BOTAFOGO FILHO, CARLOS SANTANA, EDSON VIEIRA, ERIBERTO MEDEIROS, EVERALDO CABRAL, GUILHERME UCHÔA, HENRIQUE QUEIROZ, ISABEL CRISTINA, JOÃO FERNANDO COUTINHO, JOSÉ HUMBERTO CAVALCANTI, JULIO CAVALCANTI, MARCANTÔNIO DOURADO, MARY GOUVEIA, PEDRO SERAFIM NETO, RODRIGO NOVAES, SEBASTIÃO OLIVEIRA JÚNIOR, SÉRGIO LEITE E WALDEMAR BORGES, ENCONTRANDO-SE LICENCIADOS OS DEPUTADOS ALBERTO FEITOSA, ALUISIO LESSA, ISALTINO NASCIMENTO, LAURA GOMES E VINÍCIUS LABANCA (ATRAVÉS DA RESOLUÇÃO Nº 1149, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2012), CONSTATADO O QUORUM REGIMENTAL, O SENHOR MESTRE-DE-CERIMÔNIAS HILDEBRANDO MARQUES PESSOA DÁ INÍCIO À SOLENIDADE DE ENTREGA DO TÍTULO DE CIDADÃO AO SENHOR PROFESSOR GERMANO COELHO, DE ACORDO COM O RESOLUÇÃO Nº 963/2009, DE AUTORIA DO DEPUTADO LUCIANO SIQUEIRA, CONVIDA A COMPOR A MESA DOS TRABALHOS A SENHORA DEPUTADA TERESA LEITÃO, NESTE ATO REPRESENTANDO O DEPUTADO GUILHERME UCHÔA, PRESIDENTE DESTA PODER; CONVIDA OS DEPUTADOS RICARDO COSTA E LUCIANO SIQUEIRA PARA CONDUZIR A HOMENAGEADA ATÉ A MESA DOS TRABALHOS, PASSA A PALAVRA AO SENHOR PRESIDENTE, QUE DECLARA ABERTA A REUNIÃO. OUVEM-SE O HINO NACIONAL BRASILEIRO. A SENHORA PRESIDENTE TERESA LEITÃO DESTACA EM SEU PRONUNCIAMENTO A QUE esta casa RECONHECE A INESTIMÁVEL CONTRIBUIÇÃO DE GERMANO COELHO À FORMAÇÃO DE GERAÇÕES DE JURISTAS, NUMA VIDA DE PLENA INTEGRAÇÃO COM A SOCIEDADE PERNAMBUCANA. O SENHOR PRESIDENTE CONCEDE A PALAVRA AO DEPUTADO LUCIANO SIQUEIRA, AUTOR DO REQUERIMENTO SALIENTOU QUE POUCAS VEZES A ASSEMBLEIA HOMENAGEOU UMA FIGURA TÃO MEREDECEDORA, DO QUAL A HISTÓRIA DE VIDA SE CONFUNDE COM A LUTA DO POVO PERNAMBUCANO. O SENHOR PRESIDENTE CONVIDA O DEPUTADO TONY GEL A ENTREGAR PLACA COMEMORATIVA ALUSIVA AO EVENTO À DOUTORA LIANA VENTURA, PRESIDENTE DA INSTITUIÇÃO HOMENAGEADA. O SENHOR PRESIDENTE CONVIDA O DEPUTADO LUCIANO SIQUEIRA E O EX-DEPUTADO LUCIANO MOURA A ENTREGAR O TÍTULO DE CIDADÃO DE PERNAMBUCO; E O DEPUTADO LUCIANO MOURA PARA ENTREGAR UMA IMAGEM DE UM "CABOCLO DE LANÇA", FIGURA DO MARACATU RURAL, CONFECIONADA PELO ARTESÃO SUSSULA DE TRACUNHAÉM AO HOMENAGEADO. O SENHOR PRESIDENTE CONVIDA A GENITORA DO DEPUTADO RICARDO COSTA, A SENHORA CÉLIA LABANCA PARA ENTREGAR O LIVRO "VISÕES DO LEGISLATIVO", ENSAIO FOTOGRÁFICO EDITADO POR ESTA ASSEMBLEIA E CONVIDA A SENHORA MANUELA BRAGA, PARA FAZER A ENTREGA DE UM RAMALHETE À SENHORA MARIA INÉS

BORGES LINS, ESPOSA DO HOMENAGEADO. O SENHOR PRESIDENTE CONCEDE A PALAVRA AO PROFESSOR GERMANO COELHO, QUE RESSALTA QUE VIVENDO A MAIS DE 60 ANOS NO ESTADO, JÁ SE SENTE PERNAMBUCANO, E QUE A HOMENAGEM DA ASSEMBLEIA LHE DEIXA MUITO ORGULHOSO. O SENHOR MESTRE-DE-CERIMÔNIAS REGISTRA O RECEBIMENTO DE TELEGRAMAS LAMENTANDO A IMPOSSIBILIDADE DE COMPARECIMENTO NESTA REUNIÃO DOS SENHORES EDUARDO CAMPOS, GOVERNADOR DO ESTADO; DESEMBARGADOR JOVALDO NUNES GOMES, PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO – TJPE; e dos deputados federais Raul Henry João Paulo; E AS PRESENCAS DOS SENHORES ADVOGADO MAURICIO RANDS, EX-DEPUTADO FEDERAL; PROFESSOR HÉLIO PEREIRA LIMA, COORDENADOR GERAL DE ESTÁGIO DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO, NESTE ATO REPRESENTANDO AQUELA INSTITUIÇÃO DE ENSINO; AGOSTINHO DA SILVA ROSAS, PRESIDENTE DO CENTRO PAULO FREIRE; PROFISSIONAIS LIBERAIS, FAMILIARES, LIDERANÇAS DE OLINDA, AMIGOS, ALUNOS E ADMIRADORES DO HOMENAGEADO, CONVIDA OS PRESENTES A OUVIREM O HINO DE PERNAMBUCO, PASSA A PALAVRA AO SENHOR PRESIDENTE, O QUAL AGRADECE PELAS PRESENCAS, ENCERRA A REUNIÃO E CONVOCA A SEGUINTE, EM CARÁTER ORDINÁRIO, NO HORÁRIO REGIMENTAL.

Expediente

CENTÉSIMA QUADRAGÉSIMA OITAVA REUNIÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE DEZEMBRO DE 2012.

EXPEDIENTE

PARECER Nº 3650 - DA COMISSÃO DE CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS opinando favorável ao Substitutivo nº 01 da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça ao Projeto de Lei nº 1026.
A Imprimir.

PARECER Nº 3651 - DA COMISSÃO DE CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS opinando favorável ao Substitutivo nº 01 da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça ao Projeto de Lei nº 1085.
A Imprimir.

PARECER Nº 3652 - DA COMISSÃO DE CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS opinando favorável ao Substitutivo nº 01 da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça ao Projeto de Lei nº 1103.
A Imprimir.

PARECER Nº 3653 - DA COMISSÃO DE CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS opinando favorável ao Projeto de Resolução nº 1239.
A Imprimir.

PARECER Nº 3654 - DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMÁTICA opinando favorável a Emenda Modificativa nº 01 da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça ao Projeto de Lei nº 1173.
A Imprimir.

PARECER Nº 3655 - DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMÁTICA opinando favorável ao Substitutivo nº 01 da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça ao Projeto de Lei nº 1192.
A Imprimir.

PARECER Nº 3656 - DA COMISSÃO DE REDAÇÃO FINAL dando Redação Final ao Substitutivo ao Projeto de Lei nº 908.
A Imprimir.

PARECER Nº 3657 - DA COMISSÃO DE REDAÇÃO FINAL dando Redação Final ao Substitutivo ao Projeto de Lei nº 959.
A Imprimir.

PARECER Nº 3658 - DA COMISSÃO DE REDAÇÃO FINAL dando Redação Final ao Projeto de Lei nº 1147, com suas respectivas Emenda e Subemenda.
A Imprimir.

OFÍCIO Nº 080- DO DEPUTADO ÂNGELO FERREIRA comunicando a substituição do Deputado Diogo Moraes na 2ª Vice- Liderança do Partido PSB pela Deputada Raquel Lyra.
À Publicação.

COMUNICADOS NºS 156613 A 156663, 156738 A 156786, 156996 A 156998, 158000 A 158116, 170484 A 170628, 156844, 156852, 156684 A 156690, 156855 A 156922 - DO PRESIDENTE DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO informando a liberação de recursos financeiros destinados a garantir a execução de programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.
Às 2ª e 5ª Comissões.

PODER LEGISLATIVO

MESA DIRETORA: Presidente, Deputado Guilherme Uchoa; 1º Vice-Presidente, Deputado Marcantônio Dourado; 2º Vice-Presidente, Deputado Edson Vieira; 1º Secretário, Deputado João Fernando Coutinho; 2º Secretário, Deputado Sérgio Leite; 3º Secretário, Deputado Henrique Queiroz; 4º Secretário, Deputado Eriberto Medeiros. **Procurador-Geral** - Ismar Teixeira Cabral; **Superintendente-Geral** - Marcelo Cabral e Silva; **Assistente Legislativa** - Ana Olímpia Celso de M. Severo; **Superintendente Administrativo** - José Lourenço de Sobral Neto; **Superintendente de Recursos Humanos** - Sérgio Maurício Coutinho Côrrea de Oliveira; **Superintendente de Planejamento e Execução Orçamentária e Financeira** - Edécio Rodrigues de Lima; **Superintendente de Modernização Institucional e Tecnológica** - Braulio José de Lira C. Torres; **Assistente de Cerimonial** - Francklin Bezerra Santos; **Assistente de Saúde e Medicina Ocupacional** - Aldo Mota; **Assistente de Segurança Legislativa** - Coronel Ricardo Ferreira de Lima; **Assistente de Preservação do Patrimônio Histórico do Legislativo** - Cynthia Barreto; **Assistente Educacional** - Jurandir Bezerra Lins; **Auditora-Chefe** - Maria Gorete Pessoa de Melo; **Assistente de Comunicação Social** - Paula Barbosa Imperiano; **Chefe de Departamento de Imprensa** - Marconi Glauco; **Editora** - Andréa Tavares; **Subeditora** - Margot Dourado; **Redatores** - Antônio Azevedo, Cláudia Lucena, Fernanda Rodrigues, Isabelle Costa Lima, Larissa Rodrigues, Renata Varjal, Sandra Salisvânia e Yanna Araújo; **Fotografia:** Roberto Soares (Gerente de Fotografia), Breno Laprovítera (Edição de Fotografia), Lucas Neves, João Bitá, Moisés Barbosa e Rinaldo Marques; **Diagramação e Editoração Eletrônica:** Anderson Galvão e Alcécio Nicolak Júnior; **Chefe de Departamento de Rádio:** Ana Lúcia Lins; **Repórteres:** Carolina Flores, Felipe Marques, Rosângela Almeida e Verônica Barros; **Operadores de Som:** Aristides Pandelis Frangakis e Alcidezio Ramos; **Estagiários:** Aline Duarte, Bianca Rocha, Carol Pugliesi, Gabriela Santos, Jéssica Maciel, Manoel Barbosa; **Chefe do Departamento de TV,** Antônio Magalhães; **Gerente de Produção de TV,** Natália Câmara; **Reportagem:** Ana Cláudia Braga, Felipe Marques, Mônica Alcântara, Mara Amorim; **Produção:** Anne Nunes, Solange Mendonça e Kiki Marinho; **Apresentação:** Mônica Alcântara, Mara Amorim. **Endereço:** Palácio Joaquim Nabuco, Rua da Aurora, nº 631 – Recife-PE. Fone: 3183-2368. Fax 3217-2107. PABX 3183.2211. **Nosso E-mail:** dcomunic@alepe.pe.gov.br.



Nosso endereço na Internet: <http://www.alepe.pe.gov.br>

Ofício

Ofício nº 080/2012.

Recife, 19 de dezembro de 2012.

Venho por meio deste comunicar a substituição do Deputado Diogo Moraes na 2ª Vice-Liderança do Partido PSB pela Deputada Raquel Lyra.

Deputado Ângelo Ferreira

Exmo. Sr.
Deputado Marcantônio Dourado
1º Vice-Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco

Pareceres de Comissões

Parecer N° 3659/2012

A COMISSÃO DE REDAÇÃO FINAL, tendo presente o Projeto de Lei Ordinária nº 609/2011, já aprovado em segunda e última discussão, é de Parecer que lhe seja dada a seguinte Redação Final:

Ementa: Concede às pessoas com deficiência gratuita nos veículos do Sistema de Transporte Público de Passageiros da Região Metropolitana do Recife – STPP/RMR, e dá outras providências.

Art. 1º É assegurada, às pessoas com deficiência, na forma, nos limites e sob as condições estabelecidas nesta Lei, a gratuidade das passagens em transportes coletivos no âmbito das linhas integrantes do Sistema de Transporte Público de Passageiros da Região Metropolitana do Recife – STPP/RMR.

§ 1º O beneficiário da gratuidade assegurada por esta Lei será identificado por meio do Vale Eletrônico Metropolitano de Livre Acesso ao STPP/RMR.

§ 2º A gratuidade assegurada por esta Lei não é extensiva às linhas de transportes opcionais do STPP/RMR.

Art. 2º Farão jus ao Vale Eletrônico Metropolitano de Livre Acesso ao STPP/RMR, sem qualquer ônus, as pessoas com deficiência.

§ 1º Considera-se pessoa com deficiência, para efeitos desta Lei, a que tenha:

I - deficiência física: alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, trioplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, artrose severa e as doenças do sistema nervoso central ou periférico que prejudiquem a capacidade de deambulação ativa, a apreensão ou a sustentabilidade da pessoa, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;

II - deficiência auditiva: perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz;

III - deficiência visual: cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; baixa visão, na qual a acuidade visual situa-se entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60º; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores;

IV - deficiência intelectual: funcionamento intelectual significativamente menor que a média, com manifestação antes dos 18 (dezoito) anos e limitações associadas a 02 (duas) ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como:

- comunicação;
- cuidado pessoal;
- habilidades sociais;
- utilização dos recursos da comunidade;
- saúde e segurança;
- habilidades acadêmicas;
- lazer;
- trabalho;

V - deficiência múltipla: associação de 02 (duas) ou mais deficiências de que tratam os incisos I a IV do § 1º do *caput* deste artigo.

§ 2º Para a obtenção do Vale Eletrônico Metropolitano de Livre Acesso, será exigido à pessoa com deficiência o preenchimento de formulário e requerimento disponibilizados no Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, acompanhados dos seguintes documentos:

I - 02 (duas) fotos 3x4 recentes e coloridas, com fundo branco;
II - comprovante de residência em seu nome ou de seu representante legal, quando for o caso, endereço atestado em

Associação de Moradores da localidade onde reside ou, na sua falta, em Posto de Saúde do Município;
III - fotocópia da Cédula de Identidade – RG e do Cadastro de Pessoa Física – CPF;
IV- fotocópia da Cédula de Identidade do representante legal, quando for o caso;
V - procuração conferindo poderes ao representante legal e, no caso de tutor ou curador, o respectivo documento oficial conferindo tal condição;
VI - laudo de equipe de saúde composta por 01 (um) Médico Especialista e 01 (um) Assistente Social, ou 01(um) Psicólogo, ou 01 (um) Fisioterapeuta, ou 01 (um) Terapeuta Ocupacional, conforme o disposto no art. 4º desta Lei.

§ 3º O Vale Eletrônico Metropolitano de Livre Acesso deverá conter:

I - nome completo do beneficiário;
II - nome completo da mãe do beneficiário;
III - data de nascimento do beneficiário;
IV – número de inscrição no Cadastro de Pessoa Física – CPF do beneficiário;
V - número do cartão;
VI - data de emissão do benefício;
VII - declaração de "direito a acompanhante", se tratar-se de criança com idade até 12 (doze) anos ou adulto, que necessite de ininterrupta assistência, devidamente comprovada e justificada em Laudo de Equipe de Saúde de que trata o inciso VI do § 2º do art. 2º desta Lei;
VIII – fotografia de tamanho 3X4 do beneficiário;
IX - tipo de deficiência do beneficiário.

Art. 3º O Consórcio de Transportes da Região Metropolitana do Recife – CTM será responsável pela emissão e entrega do Vale Eletrônico Metropolitano de Livre Acesso aos usuários da gratuidade, bem como de sua revalidação, que se dará bianualmente.

Parágrafo único. A revalidação de que trata o *caput* deste artigo tem o objetivo de atualizar os dados dos usuários no banco de dados de que trata o art. 5º desta Lei e de atestar a utilização do serviço pelo beneficiário.

Art. 4º A Secretaria de Saúde do Estado e as Secretarias de Saúde dos Municípios, mediante Convênio com o Estado de Pernambuco, disponibilizarão, de forma descentralizada, de suas respectivas unidades integrantes da Rede de Assistência do Sistema Único de Saúde – SUS, os profissionais de saúde necessários para a emissão de Laudo de que trata o inciso VI do § 2º do art. 2º desta Lei, aos que demandarem o serviço para a obtenção do Vale Eletrônico Metropolitano de Livre Acesso.

Art. 5º A Superintendência Estadual de Apoio à Pessoa com Deficiência - SEAD manterá banco de dados contendo o cadastro das pessoas com deficiência usuárias do STPP/RMR e disponibilizará as informações necessárias aos órgãos e entidades envolvidos no processo da concessão da gratuidade de que trata a presente Lei.

Parágrafo único. O processo de obtenção do Vale Eletrônico Metropolitano de Livre Acesso poderá ser acompanhado pelo solicitante na rede mundial de computadores, no sítio do Governo de Pernambuco, por meio do domínio da SEAD.

Art. 6º O uso indevido do benefício de que trata a presente Lei acarretará a apreensão do Vale Eletrônico Metropolitano de Livre Acesso e a suspensão do benefício por 30 (trinta) dias, mediante bloqueio, e a denúncia dos fatos às autoridades competentes.

§ 1º Entende-se por uso indevido do benefício de que trata o *caput* deste artigo a utilização de Vale Eletrônico Metropolitano de Livre Acesso por terceiros ou irregularmente, nos termos disciplinados em decreto.

§ 2º As penalidades dispostas no *caput* deste artigo não excluem a aplicação das penalidades civis e criminais cabíveis, que serão avaliadas pelas autoridades competentes.

§ 3º No caso de 1ª (primeira) reincidência de uso indevido do benefício, a suspensão de que trata o *caput* deste artigo será de 60 (sessenta) dias.

§ 4º No caso de 2ª (segunda) reincidência de uso indevido do benefício, a penalidade será o cancelamento do benefício.

Art. 7º Para a emissão da 2ª (segunda) via do Vale Eletrônico Metropolitano de Livre Acesso, será cobrado o valor correspondente a 10 (dez) tarifas do anel tarifário "B", vigentes à época da solicitação.

Art. 8º Compete ao Consórcio de Transportes da Região Metropolitana do Recife – CTM e à SEAD fazer cumprir o disposto nesta Lei e aplicar as penalidades de que trata o art. 6º, no âmbito de suas competências.

Art. 9º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11. Revoga-se a Lei nº 11.897, de 18 de dezembro de 2000.

Adalberto Cavalcanti
Deputado

Sala da Comissão de Redação Final,
em 20 de dezembro de 2012.

Presidente: Everaldo Cabral.
Relator : Adalberto Cavalcanti.
Favoráveis os (4) deputados: Adalberto Cavalcanti, Adalto Santos, Everaldo Cabral, Ramos.

Parecer N° 3660/2012

Projeto de Lei Ordinária nº 380/2011
Autor: Deputado Henrique Queiroz

EMENTA: PROPOSIÇÃO QUE VISA INSTITUIR MEIA-ENTRADA EM EVENTOS CULTURAIS, ESPORTIVOS E DE LAZER, REALIZADOS EM LOCAIS PÚBLICOS, PARA DOADORES DE SANGUE DO ESTADO DE PERNAMBUCO. VIOLAÇÃO AO DISPOSTO NO ART. 199, § 4º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, QUE VEDA QUALQUER FORMA DE COMERCIALIZAÇÃO DE SANGUE E SEUS DERIVADOS. PELA REJEIÇÃO, POR VÍCIO DE INCONSTITUCIONALIDADE.

1. Relatório

Vem a esta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, para análise e emissão de parecer, o Projeto de Lei Ordinária nº 380/2011, de autoria do Deputado Henrique Queiroz, que visa instituir meia-entrada em eventos culturais, esportivos e de lazer, realizados em locais públicos, para doadores de sangue do Estado de Pernambuco.

Consoante justificativa apresentada pelo autor, a proposição tem a finalidade de estimular a doação de sangue no Estado de Pernambuco.

O projeto de lei em referência tramita sob o regime ordinário.

2. Parecer do Relator

A proposição vem arriada no art. 19, *caput*, da Constituição Estadual e no art. 194, I, do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa.

A proposição, apesar da salutar intenção de estimular a doação de sangue no âmbito do Estado de Pernambuco, colide com a regra constitucional que veda qualquer forma de comercialização de sangue e seus derivados, constante do art. 199, § 4º, da Carta Magna, *in verbis*:

*Art. 199.

§ 4º A lei disporá sobre as condições e os requisitos que facilitem a remoção de órgãos, tecidos e substâncias humanas para fins de transplante, pesquisa e tratamento, bem como a coleta, processamento e transfusão de sangue e seus derivados, sendo vedado todo tipo de comercialização."

Diante do exposto, opino no sentido de que o parecer desta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça seja pela rejeição, por vício de inconstitucionalidade, do Projeto de Lei Ordinária nº 380/2011, de autoria do Deputado Henrique Queiroz.

Daniel Coelho
Deputado

3. Conclusão da Comissão

Ante o exposto, tendo em vista as considerações expendidas pelo relator, opinamos pela rejeição, por vício de inconstitucionalidade, do Projeto de Lei Ordinária nº 380/2011, de autoria do Deputado Henrique Queiroz.

Sala da Comissão de Constituição, Legislação e
Justiça, em 18 de dezembro de 2012.

Presidente: Raimundo Pimentel.
Relator : Daniel Coelho.
Favoráveis os (5) deputados: Ângelo Ferreira, Antônio Moraes, Daniel Coelho, Sílvio Costa Filho, Teresa Leitão.

Parecer N° 3661/2012

Projeto de Lei Ordinária nº 394/2011
Autor: Deputado Luciano Siqueira

EMENTA: PROPOSIÇÃO QUE VISA DISPOR SOBRE A PROIBIÇÃO DO USO DE RECURSOS PÚBLICOS PARA CONTRATAÇÃO DE ARTISTAS QUE EM SUAS MÚSICAS, DANÇAS OU COREOGRAFIAS DESVALORIZEM, INCENTIVEM A VIOLÊNCIA OU EXPONHAM AS MULHERES, OS NEGROS, AS LÉSBICAS, OS GAYS, OS BISEXUAIS, OS TRANSEXUAIS, OS TRAVESTIS E AS PROSTITUTAS A SITUAÇÕES DE CONSTRANGIMENTO. VIOLAÇÃO AO DISPOSTO NO ART. 2º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, NO TOCANTE À SEPARAÇÃO DE PODERES, BEM COMO AO DISPOSTO NO ART. 5º, IX (É LIVRE A EXPRESSÃO DA ATIVIDADE INTELLECTUAL, ARTÍSTICA, CIENTÍFICA E DE COMUNICAÇÃO, INDE-

PENDENTEMENTE DE CENSURA OU LICENÇA). PELA REJEIÇÃO, POR VÍCIOS DE INCONSTITUCIONALIDADE.

1. Relatório

Vem a Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, para análise e emissão de parecer, o Projeto de Lei Ordinária nº 394/2011, de autoria do Deputado Luciano Siqueira, que dispõe sobre a proibição do uso de recursos públicos para contratação de artistas que em suas músicas, danças ou coreografias desvalorizem, incentivem a violência ou exponham as mulheres, os negros, as lésbicas, os gays, os bissexuais, os transexuais, os travestis e as prostitutas a situações de constrangimento.

O projeto de lei em referência tramita sob o regime ordinário.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

2. Parecer do Relator

A Proposição vem arriada no art. 19, *caput*, da Constituição Estadual e no art. 194, I, do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa.

A matéria em estudo viola o art. 2º da Constituição Federal, concernente à Separação de Poderes, já que não pode haver interferências nas competências dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.

Outro vício de inconstitucionalidade evidente observado é no tocante à censura. O projeto em análise incita a censura, ao proibir determinados tipos de manifestações artísticas, violando o art. 5º, IX da Constituição Federal de forma flagrante. Assim, tem-se, *in verbis*:

Art.5º - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e a propriedade, nos termos seguintes:

.....

IX - é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;

Diante do exposto, opino no sentido de que o parecer desta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça seja pela rejeição do Projeto de Lei Ordinária nº 394/2011, de autoria do Deputado Luciano Siqueira, por vícios e inconstitucionalidade.

Sílvio Costa Filho
Deputado

3. Conclusão da Comissão

Ante o exposto, tendo em vista as considerações expendidas pelo relator, opinamos pela rejeição do Projeto de Lei Ordinária nº 394/2011, de autoria do Deputado Luciano Siqueira por vícios de inconstitucionalidade.

Sala da Comissão de Constituição, Legislação e
Justiça, em 18 de dezembro de 2012.

Presidente: Raimundo Pimentel.
Relator : Sílvio Costa Filho.
Favoráveis os (5) deputados: Ângelo Ferreira, Antônio Moraes, Daniel Coelho, Sílvio Costa Filho, Teresa Leitão.

Atas de Comissões

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA REALIZADA NO DIA 04 DE DEZEMBRO DE 2012.

Às nove horas do dia quatro de dezembro do ano de dois mil e doze, no plenarinho III, localizado no segundo andar do Anexo I desta Assembleia Legislativa – Edifício Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Deputado Raimundo Pimentel, reuniram-se os Deputados Ângelo Ferreira, Antônio Moraes, Daniel Coelho, Ricardo Costa, Sílvio Costa Filho e Teresa Leitão, membros titulares, e o Deputado Zé Maurício, membro suplente. O Presidente deu início à discussão das seguintes proposições: Projeto de Lei Complementar nº 1210/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Dispõe sobre a criação do cargo que indica, fixa sua remuneração, e dá outras providências), em regime de urgência, relatoria do Deputado Ângelo Ferreira, na ausência, foi designada para relatar a Deputada Teresa Leitão, que o aprovou à unanimidade; Projeto de Lei Ordinária nº 756/2012, de autoria do Deputado Ricardo Costa (Ementa: Torna obrigatória a utilização de identificador eletrônico de vagas nos estacionamentos pagos dos shoppings centers, centros comerciais, supermercados, hipermercados, edifícios-garagem, aeroportos, portos, rodoviárias e dá outras providências), relatoria do Deputado Daniel Coelho, foi retirado de pauta; Projeto de Lei Ordinária nº 1026/2012, de autoria do Deputado Ricardo Costa (Ementa: Dispõe sobre Medidas de Proteção ao Consumidor na existência de Cobrança Irregular, na forma que menciona.), relator Deputado Waldemar Borges, na ausência, foi designado para relatar a Deputado Aluísio Lessa, que o aprovou à unanimidade; Projeto de Lei Ordinária nº 1027/2012, de autoria do Deputado Ricardo Costa (Ementa: Dispõe sobre afixação de cartaz por parte dos Cartórios de Registro Civil sobre gratuidade de emolumentos pelo Registro

Civil, assento de óbito e certidões, nos termos que especifica),relator Deputado Ângelo Ferreira, foi aprovado à unanimidade;Projeto de Lei Ordinária nº 1085/2012, de autoria do Deputado Ricardo Costa (Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade da informação dos valores dos imóveis nos anúncios de classificadas de jornais, revistas, periódicos ou outros meios de divulgação, e dá outras providências.),relator Deputado Antônio Moraes, foi aprovado à unanimidade;Projeto de Lei Ordinária nº 1103/2012, de autoria do Deputado Ricardo Costa (Ementa: Dispõe sobre a proibição de caixas de papelão usadas para embalagem de produtos adquiridos em estabelecimentos de varejo, supermercados e congêneres),relator Deputado Ângelo Ferreira, foi aprovado à unanimidade; Projeto de Lei Ordinária nº 1147/2012, de autoria do Deputado Waldemar Borges (Ementa: Denomina de Rodovia Dr. Gilson Machado Guimarães a PE 81),relator Deputado Ângelo Ferreira, foi aprovado à unanimidade ;Projeto de Lei Ordinária nº 1215/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Cria o Programa Estadual de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos – PEPDDH/PE, no âmbito do Estado de Pernambuco, e dá outras providências), em regime de urgência,relator Deputado Ângelo Ferreira, foi aprovado à unanimidade;Projeto de Lei Ordinária nº 1216/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Cria os cargos comissionados e as funções gratificadas que indica, e dá outras providências), em regime de urgência,relator Deputado Aluísio Lessa, foi aprovado à unanimidade;Projeto de Lei Ordinária nº 1217/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Autoriza a supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente nas áreas que especifica, e dá outras providências), em regime de urgência,relator Deputado Waldemar Borges,na ausência, foi designado para relatar a Deputado Ricardo Costa, que o aprovou à unanimidade; Projeto de Lei Ordinária nº 1218/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Cria a Gratificação de Exercício em Unidade Socioeducativa – GEUS que indica), em regime de urgência,relator Deputado Aluísio Lessa, foi aprovado à unanimidade ;Projeto de Lei Ordinária nº 1221/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Altera a Lei nº 14.046, de 30 de abril de 2010, e alterações, que autoriza a supressão de vegetação de preservação permanente nas áreas que especifica, e dá outras providências), em regime de urgência,relatoria do Deputado Ângelo Ferreira, foi aprovado à unanimidade; Projeto de Lei Ordinária nº 1222/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Modifica a Lei nº 10.259, de 27 de janeiro de 1989, que institui o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, relativamente à alíquota aplicável em operações interestaduais com bens e mercadorias importados), em regime de urgência,relatoria do Deputado Aluísio Lessa, foi aprovado à unanimidade; Projeto de Lei Ordinária nº 1223/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Altera a Lei nº 14.320, de 27 de maio de 2011, que estabelece novo disciplinamento para a concessão da Gratificação Pacto Pela Vida - GPPV aos Policiais Cíveis e Policiais Militares, e dá outras providências), em regime de urgência,relator Deputado Waldemair Borges,na ausência, foi designado para relatar a Deputado Ricardo Costa, que o aprovou à unanimidade;Projeto de Lei Ordinária nº 1224/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Autoriza o Anexo I da Lei nº 13.487, de 1º de julho de 2008, e alterações, e dá outras providências), em regime de urgência,relator Deputado Zé Maurício,na ausência, foi designado para relatar a Deputado Sílvio Costa Filho, que o aprovou à unanimidade;Projeto de Lei Ordinária nº 1225/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Institui a Gratificação de Serviço de Fiscalização – GSF, no âmbito do Departamento Estadual de Trânsito de Pernambuco- DETRAN, e dá outras providências), em regime de urgência,relator Deputado Waldemar Borges,na ausência, foi designado para relatar a Deputado Zé Maurício, que o aprovou à unanimidade; Projeto de Lei Ordinária nº 1226/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Autoriza a sua supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente na área que especifica, e dá outras providências), em regime de urgência,relator Deputado Ângelo Ferreira, foi aprovado à unanimidade;Projeto de Lei Ordinária nº 1228/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Dispõe sobre medidas de cooperação entre o Estado de Pernambuco e Municípios para fins de remoção de edificações em áreas de risco), em regime de urgência,relator Deputado Daniel Coelho, foi aprovado à unanimidade; Projeto de Lei Ordinária nº 1229/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Altera a Lei nº 14.547, de 21 de dezembro de 2011, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender às necessidades de excepcional interesse público de que trata o inciso VII do art. 97 da Constituição Estadual), em regime de urgência,relator Deputado Zé Maurício, foi aprovado à unanimidade;Projeto de Lei Ordinária nº 1230/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Introduz modificações na Lei nº 13.974, de 16 de dezembro de 2009, que dispõe sobre a legislação tributária do Estado relativa ao Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens e Direitos – ICD), em regime de urgência,relator Deputado Antônio Moraes, foi aprovado à unanimidade; Projeto de Lei Ordinária nº 1231/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Modifica a Lei nº 10.489, de 2 de outubro de 1990, relativamente ao início da vigência de novos critérios de distribuição de parte do ICMS que cabe aos Municípios), em regime de urgência,relator Deputado Aluísio Lessa,foi aprovado à unanimidade; Projeto de Lei Ordinária nº 1232/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Autoriza o Estado de Pernambuco a ceder o direito de uso dos imóveis que indica, e dá outras providências), em regime de urgência,relator Deputado Waldemar Borges, foi aprovado à unanimidade; Projeto de Lei Ordinária nº 1233/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Altera a Lei nº 14.249, de 17 de dezembro de 2010, que dispõe sobre licenciamento ambiental, infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, e dá outras providências), em regime de urgência,relator Deputado Ângelo Ferreira, foi aprovado à unanimidade; Projeto de Lei Ordinária nº 1234/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Altera a Lei nº

11.503, de 18 de dezembro de 1997, que institui o Fundo de Aperfeiçoamento dos Serviços Administrativos Fazendários – FASAF.), em regime de urgência,relator Deputado Zé Maurício, foi aprovado à unanimidade; Projeto de Lei Ordinária nº 1235/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Abre crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado, relativo ao exercício de 2012, e dá outras providências.), em regime de urgência,relator Deputado Antônio Moraes, foi aprovado à unanimidade; Projeto de Lei Ordinária nº 1236/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Autoriza o Estado de Pernambuco a conceder o direito de uso de imóveis públicos, mediante prévia licitação, nos termos do § 1º do art. 4º da Constituição do Estado, e alteração, e art. 2º da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.), em regime de urgência,relator Deputado Aluísio Lessa, foi aprovado à unanimidade; Emenda Modificativa nº 01/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Modifica o Projeto de Lei Ordinária nº 1195/2012), ao Projeto de Lei Ordinária nº 1195/2012, de mesma autoria (Ementa: Altera a Lei nº 14.319, de 27 de maio de 2011, que dispõe sobre o Prêmio de Defesa Social – PDS, no âmbito do Estado de Pernambuco, e dá outras providências), em regime de urgência,relator, por dependência, Deputado Waldemar Borges,na ausência, foi designado para relatar a Deputado Ângelo Ferreira, que o aprovou à unanimidade;Subemenda nº 01/2012, de autoria da Comissão de Saúde e Assistência Social (Ementa: Altera a redação do Art. 3º, do Substitutivo nº 01/2012 do Projeto de Lei Ordinária nº 957/2012), ao Substitutivo nº 01/2012 do Projeto de Lei Ordinária nº 957/2012, de autoria do Deputado Sérgio Leite (Ementa: Torna obrigatória a inscrição do grupo sanguíneo e do fator RH nas fichas escolares dos alunos das redes públicas e particulares de ensino do Estado, e dá outras providências) relator, por dependência, ao Deputado Sílvio Costa Filho, foi aprovado à unanimidade;Substitutivo nº 01/2012, de autoria do Procurador-Geral de Justiça (Ementa: Substitui a redação do Projeto de Lei Ordinária nº 890, de 23 de abril de 2012, que altera dispositivos e Anexos da Lei nº 12.956, de 16 de dezembro de 2005, modificada pela Lei nº 13.536, de 8 de setembro de 2008, pela Lei nº 13.134, de 14 de novembro de 2006, e pela Lei nº 14.031, de 31 de março de 2010, e dá outras providências), ao Projeto de Lei Ordinária nº 890/2012, de mesma autoria (Ementa: Altera dispositivos e Anexos da Lei nº 12.956, de 16 de dezembro de 2005, modificada pela Lei nº 13.536, de 8 de setembro de 2008, pela Lei nº 13.134, de 14 de novembro de 2006, e pela Lei nº 14.031, de 31 de março de 2010, e dá outras providências)relator, por dependência, Deputado Ângelo Ferreira, foi aprovado à unanimidade.Por fim, deu por encerrada a reunião e marcou a próxima reunião para o dia onze do mês de dezembro do ano de dois mil e doze às nove horas da manhã. Do que, para constar, eu, Paulo Roberto Fernandes Pinto Júnior, Procurador e Assessor Jurídico desta Comissão Técnica, lavrei a presente ata, que vai por todos assinada, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas.

DEPUTADO RAIMUNDO PIMENTEL PRESIDENTE

TITULARES:
DEPUTADO ÂNGELO FERREIRA
DEPUTADO ANTÔNIO MORAES
DEPUTADO DANIEL COELHO
DEPUTADO RICARDO COSTA

SUPLENTES:
DEPUTADO ALUÍSIO LESSA
DEPUTADO TONY GEL
DEPUTADO JOSÉ MAURÍCIO

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA REALIZADA NO DIA 06 DE NOVEMBRO DE 2012.

Às nove horas do dia seis do mês de novembro do ano de dois mil e doze, no plenarinho III, localizado no segundo andar do Anexo I desta Assembléia Legislativa – Edifício Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Deputado Raimundo Pimentel, reuniram-se os Deputados Antônio Moraes, Daniel Coelho,Ricardo Costa e Sílvio Costa Filho , membros titulares, e o Deputado Aluísio Lessa, membro suplente. O Presidente deu início à distribuição da seguinte proposição: Projeto de Lei Ordinária nº 1155/2012, de autoria da Deputada Mary Gouveia (Ementa: Institui, no Calendário Oficial de Eventos do Estado de Pernambuco, o Dia Estadual de Combate à Psoríase), foi distribuído ao Deputado Sílvio Costa Filho; Projeto de Lei Ordinária nº 1157/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Institui o Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura, redefine o Comitê Estadual de Combate e Prevenção à Tortura no Estado de Pernambuco, e dá outras providências), em regime de urgência, foi distribuído ao Deputado Aluísio Lessa; Projeto de Lei Ordinária nº 1158/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Modifica a Lei nº 11.304, de 28 de dezembro de 1995, e alterações, que institui o Distrito Estadual de Fernando de Noronha, aprova a sua Lei Orgânica, dispõe sobre medidas de natureza administrativa e dá outras providências), em regime de urgência, foi distribuído ao Deputado Aluísio Lessa; Projeto de Lei Ordinária nº 1159/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Autoriza o Poder Executivo a contratar financiamento externo e dá outras providências), em regime de urgência, foi distribuído ao Deputado Ricardo Costa; Projeto de Lei Ordinária nº 1160/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Modifica a Lei nº 12.504, de 16 de dezembro de 2003, e alteração, que dispõe sobre o Conselho Tutelar do Distrito Estadual de Fernando de Noronha), em regime de urgência, foi distribuído ao Deputado Antônio Moraes; Projeto de Lei Ordinária nº 1161/2012, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães (Ementa: Declara de Utilidade Pública a Associação

Cultural Para Todos), foi distribuído ao Deputado Ricardo Costa; Projeto de Lei Ordinária nº 1162/2012, de autoria do Deputado Betinho Gomes (Ementa: Dispõe sobre a criação do projeto Grafitarte e a utilização de viadutos, muros e paredes públicos de equipamentos estaduais para aplicação da arte em grafite no Estado de Pernambuco), foi distribuído ao Deputado Aluísio Lessa;Projeto de Lei Ordinária nº 1163/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Autoriza a supressão de vegetação em Áreas de Preservação Permanente, e dá outras providências),em regime de urgência, foi distribuído ao Deputado Sílvio Costa Filho ; Projeto de Lei Ordinária nº 1164/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Abre crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado, relativo ao exercício de 2012, e dá outras providências), em regime de urgência, foi distribuído ao Deputado Antônio Moraes ; Projeto de Lei Ordinária nº 1165/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Modifica a Lei nº 14.721, de 4 de julho de 2012, que institui sistemática de tributação referente ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS para operações realizadas por estabelecimento comercial atacadista de produtos alimentícios, de limpeza, de higiene pessoal, de artigos de escritório e papeleria e de bebidas), em regime de urgência, foi distribuído ao Deputado Sílvio Costa Filho; Projeto de Lei Ordinária nº 1166/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal, e dá outras providências), em regime de urgência, foi distribuído ao Deputado Aluísio Lessa ; Projeto de Lei Ordinária nº 1167/2012, de autoria do Deputado Guilherme Uchoa (Ementa: Declara de Utilidade Pública a Associação de Deficientes e Amigos de Timbaúba – ADAT), foi distribuído ao Deputado Antônio Moraes;Projeto de Resolução nº 1156/2012, de autoria da Deputada Mary Gouveia (Ementa: Estabelece que anualmente a ALEPE entre na campanha mundial denominada OUTUBRO ROSA, para alertar as mulheres pernambucanas sobre a importância da prevenção do câncer de mama, e dá outras providências), foi distribuído ao Deputado Ricardo Costa;Projeto de Resolução nº 1168/2012, de autoria do Deputado André Campos (Ementa: Introduz alterações à Resolução Nº 905, de 22 de dezembro de 2008), foi distribuído ao Deputado Aluísio Lessa;Projeto de Resolução nº 1169/2012, de autoria do Deputado André Campos (Ementa: Concede o Título Honorífico de Cidadão Pernambucano a Milton Coelho da Silva Neto), foi distribuído ao Deputado Ricardo Costa. Em seguida passou à discussão dos seguintes projetos: Veto Total, de autoria do Governador do Estado, ao Projeto de Lei Ordinária nº 927/2012, de autoria do Deputado Antônio Moraes (Ementa: Denomina o trecho da PE-084, entroncamento PE090 Bizarra/Entroncamento PE084 para Machados, com percurso de 6 quilômetros, Rodovia Antônio da Cunha Cavalcanti), relatoria do Deputado Ricardo Costa, foi aprovado à unanimidade; Projeto de Lei Ordinária nº 871/2012, de autoria do Deputado Henrique Queiroz (Ementa: Denomina Senador Antônio Farias, as instalações do Terminal de Integração de Passageiros do Aeroporto, no município de Recife e dá outras providências), relatoria do Deputado Diogo Moraes, na ausência , foi designada para relatar a Deputada Teresa Leitão, que o aprovou à unanimidade;Projeto de Lei Ordinária nº 882/2012, de autoria do Deputado João Fernando Coutinho (Ementa: Denomina Terminal Integrado de Passageiros Deputado Geraldo Melo, o Terminal Integrado de Passageiros construído no bairro de Cajueiro Seco, localizado no município de Jaboatão dos Guararapes),relatoria do Deputado Diogo Moraes,na ausência , foi designado para relatar o Deputado Sílvio Costa Filho, que o aprovou à unanimidade; Projeto de Lei Ordinária nº 1073/2012, de autoria do Deputado Izaías Régis (Ementa: Declara de utilidade pública a Creche Bethesda na cidade de Garanhuns/PE), relatoria do Deputado Diogo Moraes,na ausência, foi designado para relatar o Deputado Daniel Coelho, que o aprovou à unanimidade;Projeto de Lei Ordinária nº 1146/2012, de autoria do Deputado Pedro Serafim Neto (Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade do uso das expressões: “SE FOR DIRIGIR, NÃO BEBA; SE BEBER NÃO DIRIJA”, em todos os cartões e propagandas de Bares, Restaurantes, Boates e Similares, no Estado de Pernambuco),relatoria do Deputado Antônio Moraes, foi retirado de pauta;Projeto de Lei Ordinária nº 1149/2012, de autoria da Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação (Ementa: Altera a Lei nº 13.186, de 9 de janeiro de 2007, que dispõe sobre os subsídios do Governador, do Vice-Governador e dos Secretários de Estado),relatoria do Deputado Sílvio Costa Filho, foi aprovado à unanimidade.Por último passou à extra-pauta a fim de discutir o seguinte projeto: Projeto de Lei Ordinária 1158/2012, de autoria do Poder Executivo, (Ementa: Modifica a Lei nº 11.304, de 28 de dezembro de 1995, e alterações, que institui o Distrito Estadual de Fernando de Noronha, aprova a sua Lei Orgânica, dispõe sobre medidas de natureza administrativa e dá outras providências), em regime de urgência, relatoria do Deputado Aluísio Lessa, foi aprovado à unanimidade.Por fim, deu por encerrada a reunião e marcou a próxima reunião para o dia treze do mês de novembro do ano de dois mil e doze às nove horas da manhã. Do que, para constar, eu, Paulo Roberto Fernandes Pinto Júnior, Procurador e Assessor Jurídico desta Comissão Técnica, lavrei a presente ata, que vai por todos assinada, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas.

DEPUTADO RAIMUNDO PIMENTEL PRESIDENTE

TITULARES:
DEPUTADO ÂNGELO FERREIRA
DEPUTADO ANTÔNIO MORAES
DEPUTADO DANIEL COELHO
DEPUTADO RICARDO COSTA
DEPUTADO SEBASTIÃO OLIVEIRA JÚNIOR
DEPUTADO SÍLVIO COSTA FILHO
DEPUTADA TERESA LEITÃO
DEPUTADO WALDEMAR BORGES

SUPLENTES:
DEPUTADO ALUÍSIO LESSA
DEPUTADO BETINHO GOMES
DEPUTADO DIOGO MORAES
DEPUTADO ERIBERTO MEDEIROS
DEPUTADO JOSÉ MAURÍCIO
DEPUTADO LEONARDO DIAS
DEPUTADO SÉRGIO LEITE
DEPUTADO TONY GEL
DEPUTADO VINÍCIUS LABANCA

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA REALIZADA NO DIA 09 DE OUTUBRO DE 2012.

Às nove horas do dia nove do mês de outubro do ano de dois mil e doze, no plenarinho III, localizado no segundo andar do Anexo I desta Assembléia Legislativa – Edifício Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Deputado Raimundo Pimentel, Presidente em exercício, reuniram-se os Deputados Ricardo Costa, Sílvio Costa Filho e Waldemar Borges, membros titulares e o Deputado Aluísio Lessa, membro suplente. O Presidente deu início à distribuição das seguintes proposições: Projeto de Lei Complementar nº 1125/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Dispensa o crédito tributário relativo ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA devido até o exercício em que seja alienado veículo apreendido pelo Departamento Estadual de Trânsito de Pernambuco - DETRAN e declarado como sucata), em regime de urgência,foi distribuído ao Deputado Ricardo Costa; Projeto de Lei Ordinária nº 1112/2012, de autoria do Deputado Tony Gel (Ementa: Declara de utilidade pública o Instituto Histórico de Caruaru – IHC), foi distribuído ao Deputado Antônio Moraes; Projeto de Lei Ordinária nº 1113/2012, de autoria do Deputado Pedro Serafim Neto (Ementa: Denomina de Dr. Antônio Luiz de Almeida Brennand Neto a Academia das Cidades de Sirinhaém – PE), foi distribuído ao Deputado Aluísio Lessa;Projeto de Lei Ordinária nº 1114/2012, de autoria do Deputado Júlio Cavalcanti (Ementa: Obriga as delegacias policiais Cíveis do Estado de Pernambuco a fixarem próximo ao balcão de atendimento e em local visível, placa informativa com os seguintes dizeres: “Em caso de desaparecimento de criança ou adolescente, o registro é imediato. Lei Federal 11.259/2005, cidadão faça valer o seu direito. Registre nessa Delegacia”), foi distribuído ao Deputado Ricardo Costa;Projeto de Lei Ordinária nº 1115/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Autoriza o Poder Executivo a contratar financiamento externo, e dá outras providências.), em regime de urgência, foi distribuído ao Deputado Sílvio Costa Filho;Projeto de Lei Ordinária nº 1116/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Modifica a Lei nº 11.408, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece normas referentes ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS.), em regime de urgência, foi distribuído ao Deputado Ricardo Costa;Projeto de Lei Ordinária nº 1117/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Modifica a Lei nº 14.726, de 9 de julho de 2012, que institui sistemática de apuração e recolhimento do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS para estabelecimento atacadista de material de construção, ferragens e ferramentas.), em regime de urgência, foi distribuído ao Deputado Aluísio Lessa;Projeto de Lei Ordinária nº 1119/2012, de autoria da Deputada Teresa Leitão (Ementa: Institui, no Calendário Oficial de Eventos do Estado de Pernambuco, o Dia Estadual dos Trabalhadores Motociclistas), foi distribuído ao Deputado Antônio Moraes;Projeto de Lei Ordinária nº 1120/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Autoriza a supressão de vegetação nas áreas que especifica, e dá outras providências), em regime de urgência, foi distribuído ao Deputado Sílvios Costa Filho;Projeto de Lei Ordinária nº 1121/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Autoriza a concessão de compensação financeira, a título de subvenção econômica, no preço do litro de leite de vaca e de cabra pago a produtor e a laticínio, no âmbito do Programa “Leite de Todos”, e dá outras providências), em regime de urgência, foi distribuído ao Deputado Aluísio Lessa;Projeto de Lei Ordinária nº 1122/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Estende benefícios aos alunos e servidores do Colégio da Polícia Militar de Pernambuco), em regime de urgência, foi distribuído ao Deputado Ricardo Costa;Projeto de Lei Ordinária nº 1123/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Altera dispositivos da Lei nº 12.976, de 28 de dezembro de 2005, que institui o Fundo Estadual Garantidor das Parcerias Público-Privadas – FGPE), em regime de urgência, foi distribuído ao Deputado Sílvio Costa Filho;Projeto de Lei Ordinária nº 1124/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Autoriza o Estado de Pernambuco a doar, com encargo, área de terra que indica, situada no Município de Sirinhaém, neste Estado, dá outras providências), foi distribuído ao Deputado Antônio Moraes; Projeto de Resolução nº 1118/2012, de autoria do Deputado Mavieal Cavalcanti (Ementa: Concede o Título de Cidadão de Pernambuco a Alessandro Beti Rosa.), foi distribuído ao Deputado Antônio Moraes. Em seguida, passou à discussão das seguintes proposições: Projeto de Lei Complementar nº 1128/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Altera a Lei Complementar nº 107, de 14 de abril de 2008, que institui a Lei Orgânica da Administração Tributária do Estado de Pernambuco e disciplina as carreiras integrantes do Grupo Ocupacional Administração Tributária do Estado de Pernambuco - GOATE),em regime de urgência, foi distribuído ao Deputado Ricardo Costa;Projeto de Lei Complementar nº 1131/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Fixa novos valores de vencimento base do cargo público que indica, e determina outras providências), em regime de urgência, foi distribuído ao Deputado Aluísio Lessa;Projeto de Lei Complementar nº 1132/2012, de autoria do

Poder Executivo (Ementa: Fixa novos valores de vencimento base dos cargos públicos que indica, e determina outras providências), em regime de urgência, foi distribuído ao Deputado Antônio Moraes; Projeto de Lei Complementar nº 1133/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Fixa novos valores de vencimento base do cargo público que indica, e determina outras providências), em regime de urgência, foi distribuído ao Deputado Ricardo Costa; Projeto de Lei Complementar nº 1134/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Fixa novos valores de vencimento base do cargo público que indica, e determina outras providências), em regime de urgência, foi distribuído ao Deputado Aluísio Lessa; Projeto de Lei Complementar nº 1136/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Fixa novos valores de vencimento base dos cargos públicos que indica, e determina outras providências), em regime de urgência, foi distribuído ao Deputado Ricardo Costa; Projeto de Lei Ordinária nº 1129/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Abre crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado, relativo ao exercício de 2012, e dá outras providências), em regime de urgência, foi distribuído ao Deputado Aluísio Lessa; Projeto de Lei Ordinária nº 1130/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Autoriza o Estado de Pernambuco a doar, com encargo, o imóvel que indica), foi distribuído ao Deputado Antônio Moraes; Projeto de Lei Ordinária nº 1135/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Cria Gratificações de Supervisão de Saúde que indica, e dá outras providências), em regime de urgência, foi distribuído ao Deputado Aluísio Lessa. Por fim, o Presidente deu por encerrada a reunião e marcou a próxima reunião para o dia dezesseis do mês de outubro do ano de dois mil e doze às nove horas da manhã. Do que, para constar, eu, Paulo Roberto Fernandes Pinto Júnior, Procurador e Assessor Jurídico desta Comissão Técnica, lavrei a presente ata, que vai por todos assinada, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas.

**DEPUTADO RAIMUNDO PIMENTEL
PRESIDENTE**

TITULARES:

**DEPUTADO ÂNGELO FERREIRA
DEPUTADO ANTÔNIO MORAES
DEPUTADO DANIEL COELHO
DEPUTADO RICARDO COSTA
DEPUTADO SÍLVIO COSTA FILHO
DEPUTADA TERESA LEITÃO**

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA REALIZADA NO DIA 11 DE SETEMBRO DE 2012.

Às nove horas do dia onze do mês de setembro do ano de dois mil e doze, no plenarinho III, localizado no segundo andar do Anexo I desta Assembléia Legislativa – Edifício Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Deputado Sílvio Costa Filho, presidente em exercício, reuniram-se os Deputados Antônio Moraes, Ricardo Costa e Teresa Leitão, membros titulares, e os Deputados Aluísio Lessa e Diogo Moraes, membros suplentes. O Presidente deu início à distribuição das seguintes proposições: Projeto de Lei Complementar nº 1092/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Altera a Lei Complementar nº 123, de 1º de julho de 2008, que dispõe sobre Promoção de Oficiais das Corporações e redefine a data de promoção nas Corporações Militares do Estado), foi distribuído ao Deputado Ricardo Costa; Projeto de Lei Complementar nº 1093/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Altera os Anexos Únicos das Leis que indica, e dá outras providências), em regime de urgência, foi distribuído ao Deputado Aluísio Lessa; Projeto de Lei Ordinária nº 847/2012, de autoria do Deputado Aluísio Lessa (Ementa: Confere ao Município de Condado o título de "Terra do Cavalão Marinho"), foi distribuído ao Deputado Antônio Moraes; Projeto de Lei Ordinária nº 1084/2012, de autoria do Deputado Ricardo Costa (Ementa: Institui a Semana Estadual de Conscientização da Cardiopatia Congênita no Estado de Pernambuco, a realizar-se, anualmente, na segunda semana do mês de junho, e dá outras providências), foi distribuído ao Deputado Aluísio Lessa; Projeto de Lei Ordinária nº 1085/2012, de autoria do Deputado Ricardo Costa (Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade da informação dos valores dos imóveis nos anúncios de classificados de jornais, revistas, periódicos ou outros meios de divulgação, e dá outras providências), foi distribuído ao Deputado Antônio Moraes; Projeto de Lei Ordinária nº 1086/2012, de autoria do Deputado Ricardo Costa (Ementa: Institui o Dia Estadual dos Doutores da Alegria), foi distribuído ao Deputado Diogo Moraes; Projeto de Lei Ordinária nº 1087/2012, de autoria do Deputado Guilherme Uchoa (Ementa: Denomina a rodovia PE 44 que liga o Entrocamento da PE 41 ao município de Itaquitinga, José Paulo das Neves), foi distribuído ao Deputado Aluísio Lessa; Projeto de Lei Ordinária nº 1088/2012, de autoria do Deputado Henrique Queiroz (Ementa: Denomina de Passarela Prefeito José Eugênio Cavalcanti, o equipamento para pedestres implantado pelo DER-PE, sobre a Rodovia PE-120, ao lado da Escola Estadual Costa Azevedo, no município de Catende), foi distribuído ao Deputado Ricardo Costa; Projeto de Lei Ordinária nº 1089/2012, de autoria do Deputado Henrique Queiroz (Ementa: Denomina de Conjunto Residencial Padre André Coopman, o bairro planejado pelo CEHAB, na Mata da Jaqueira, no município de Catende), foi distribuído ao Deputado Antônio Moraes; Projeto de Lei Ordinária nº 1090/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Autoriza o Estado de Pernambuco a ceder o direito de uso dos imóveis que indica, e dá outras providências), foi distribuído ao Deputado Aluísio Lessa; Projeto de Lei Ordinária nº 1091/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Altera a Lei nº 14.758, de 31 de agosto de 2012, estabelecendo a Caixa Econômica Federal – CEF como agente financiador), em regime de urgência, foi

distribuído ao Deputado Ricardo Costa; Projeto de Lei Ordinária nº 1094/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Altera os Anexos I, II e III da Lei nº 13.487, de 1º de julho de 2008, e dá outras providências), em regime de urgência, foi distribuído ao Deputado Aluísio Lessa; Projeto de Resolução nº 1083/2012, de autoria do Deputado Gustavo Negromonte (Ementa: Concede o Título Honorífico de Cidadão Pernambucano ao Vereador do Município do Recife, o Sr. Augusto José Carreras Cavalcanti de Albuquerque), foi distribuído ao Deputado Diogo Moraes. Em seguida passou à discussão dos seguintes projetos de lei:) Projeto de Lei Ordinária nº 847/2012, de autoria do Deputado Aluísio Lessa (Ementa: Confere ao Município de Condado o título de "Terra do Cavalão Marinho"), relatoria do Deputado Antônio Moraes, foi aprovado à unanimidade; Projeto de Lei Ordinária nº 925/2012, de autoria do Deputado Sérgio Leite (Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade de advertir os malefícios do consumo de bebidas alcoólicas e do uso de drogas, nos livros didáticos distribuídos nas Unidades Escolares do Estado de Pernambuco, e dá outras providências), relatoria da Deputada Teresa Leitão, na ausência foi designada para relatar ao Deputado Diogo Moraes, que o aprovou à unanimidade; Projeto de Lei Ordinária nº 957/2012, de autoria do Deputado Sérgio Leite (Ementa: Torna obrigatória a inscrição do grupo sanguíneo e do fator RH nas fichas escolares dos alunos das redes públicas e particulares de ensino do Estado, e da outras providências), relatoria do Deputado Sílvio Costa Filho, foi retirado de pauta; Projeto de Lei Ordinária nº 1076/2012, de autoria da Deputada Mary Gouveia (Ementa: Institui, no Calendário de Eventos do Estado de Pernambuco, a Semana Estadual de Aleitamento Materno), relatoria da Deputada Teresa Leitão, na ausência foi designada para relatar ao Deputado Diogo Moraes, que o aprovou à unanimidade; Projeto de Lei Ordinária nº 1077/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Autoriza o Estado de Pernambuco a renovar a cessão do direito de uso do imóvel que indica, e dá outras providências), relatoria do Deputado Sílvio Costa Filho, foi aprovado à unanimidade; Projeto de Resolução nº 1074/2012, de autoria do Deputado João Fernando Coutinho (Ementa: Concede o Título de Cidadão de Pernambuco a Frei Damião da Silva.), relatoria do Deputado Antônio Moraes, foi aprovado à unanimidade. Por fim, deu por encerrada a reunião e marcou a próxima para o dia dezoito do mês de setembro do ano de dois mil e doze às nove horas da manhã. Do que, para constar, eu, Paulo Roberto Fernandes Pinto Júnior, Procurador e Assessor Jurídico desta Comissão Técnica, lavrei a presente ata, que vai por todos assinada, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas.

**DEPUTADO SÍLVIO COSTA FILHO
PRESIDENTE EM EXERCÍCIO**

**DEPUTADO RAIMUNDO PIMENTEL
PRESIDENTE**

TITULARES:

**DEPUTADO ÂNGELO FERREIRA
DEPUTADO ANTÔNIO MORAES
DEPUTADO DANIEL COELHO
DEPUTADO SÍLVIO COSTA FILHO
DEPUTADA TERESA LEITÃO**

SUPLENTES:

**DEPUTADO ALUÍSIO LESSA
DEPUTADO BETINHO GOMES
DEPUTADO DIOGO MORAES
DEPUTADO ZÉ MAURÍCIO**

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA REALIZADA NO DIA 13 DE NOVEMBRO DE 2012.

Às nove horas do dia treze do mês de novembro do ano de dois mil e doze, no plenarinho III, localizado no segundo andar do Anexo I desta Assembléia Legislativa – Edifício Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Deputado Raimundo Pimentel, reuniram-se os Deputados Ângelo Ferreira, Antônio Moraes, Ricardo Costa, Sílvio Costa Filho e Teresa Leitão, membros titulares, e o Deputado Aluísio Lessa, membro suplente. O Presidente deu início à distribuição das seguintes proposições: Projeto de Lei Complementar nº 1174/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Fixa novos valores de vencimento base dos cargos públicos que indica, e dá outras providências.), em regime de urgência, foi distribuído ao Deputado Aluísio Lessa ; Projeto de Lei Ordinária nº 1170/2012, de autoria Deputado Rodrigo Novaes (Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade da disponibilização de bula em medicamentos manipulados por farmácias e ervanárias), foi distribuído ao Deputado Ricardo Costa ; Projeto de Lei Ordinária nº 1172/2012, de autoria do Deputado Mavieal Cavalcanti (Ementa: Obriga as seguradoras de automóveis a oferecerem veículos adaptados na forma em que menciona e dá outras providências), foi distribuído ao Deputado Antônio Moraes; Projeto de Lei Ordinária nº 1173/2012, de autoria do Deputado Adalberto Cavalcanti (Ementa: Dispõe sobre o direito a informação para o consumidor participante de leilões realizados no âmbito do Estado de Pernambuco e dá outras providências), foi distribuído ao Deputado Ricardo Costa ; Projeto de Lei Ordinária nº 1175/2012, de autoria do Deputado Marcantônio Dourado (Ementa: Dispõe sobre a proibição do envio de torpedos e mensagens de texto na modalidade a cobrar, pelas operadoras de telefonia no Estado de Pernambuco), foi distribuído ao Deputado Sílvio Costa Filho; Projeto de Lei Ordinária nº 1176/2012, de autoria Deputado Marcantônio Dourado (Ementa: Dispõe sobre a Concessão de Reconhecimento de Organização Social de Utilidade Pública e

dá outras providências), foi distribuído ao Deputado Ricardo Costa; Projeto de Lei Ordinária nº 1178/2012, de autoria do Deputado Rodrigo Novaes (Ementa: Dispõe sobre o parcelamento de multas de trânsito no âmbito do Estado de Pernambuco), foi distribuído ao Deputado Aluísio Lessa; Projeto de Lei Ordinária nº 1179/2012, de autoria do Deputado Rodrigo Novaes (Ementa: Institui o Dia Estadual do Vaqueiro), foi distribuído ao Deputado Antônio Moraes; Projeto de Lei Ordinária nº 1180/2012, de autoria da Deputada Mary Gouveia (Ementa: Declara o município de Amaraji "Capital das Cachoeiras" no Estado de Pernambuco), foi distribuído ao Deputado Sílvio Costa Filho; Projeto de Lei Ordinária nº 1181/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Concede crédito presumido do ICMS a estabelecimento industrial fabricante de bicicletas e suas partes), em regime de urgência, foi distribuído ao Deputado Ricardo Costa; Projeto de Lei Ordinária nº 1182/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Autoriza o Estado de Pernambuco a ceder o direito de uso dos imóveis que indica), foi distribuído ao Deputado Aluísio Lessa ; Projeto de Resolução nº 1177/2012, de autoria do Deputado Zé Maurício (Ementa: Concede o Título de Cidadã do Estado de Pernambuco à Maria José Moreira), foi distribuído ao Deputado Antônio Moraes. Em seguida passou à discussão das seguintes proposições : Projeto de Lei Ordinária nº 1146/2012, de autoria do Deputado Pedro Serafim Neto (Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade do uso das expressões: "SE FOR DIRIGIR, NÃO BEBA; SE BEBER NÃO DIRIJA", em todos os cartões e propagandas de Bares, Restaurantes, Boates e Similares, no Estado de Pernambuco.), relatoria do Deputado Antônio Moraes, foi aprovado à unanimidade; Projeto de Lei Ordinária nº 1157/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Institui o Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura, redefine o Comitê Estadual de Combate e Prevenção à Tortura no Estado de Pernambuco, e dá outras providências), em regime de urgência, relator Deputado Aluísio Lessa, foi aprovado à unanimidade ; Projeto de Lei Ordinária nº 1159/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Autoriza o Poder Executivo a contratar financiamento externo e dá outras providências), em regime de urgência, relator Deputado Ricardo Costa, foi aprovado à unanimidade; Projeto de Lei Ordinária nº 1160/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Modifica a Lei nº 12.504, de 16 de dezembro de 2003, e alteração, que dispõe sobre o Conselho Tutelar do Distrito Estadual de Fernando de Noronha), em regime de urgência, relatoria do Deputado Antônio Moraes, foi aprovado à unanimidade; Projeto de Lei Ordinária nº 1163/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Autoriza a supressão de vegetação em Áreas de Preservação Permanente, e dá outras providências) regime de urgência, relator Deputado Sílvio Costa Filho, foi aprovado à unanimidade ; Projeto de Lei Ordinária nº 1164/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Abre crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado, relativo ao exercício de 2012, e dá outras providências), em regime de urgência, relator Deputado Antônio Moraes, foi aprovado à unanimidade; Projeto de Lei Ordinária nº 1165/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Modifica a Lei nº 14.721, de 4 de julho de 2012, que institui sistemática de tributação referente ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS para operações realizadas por estabelecimento comercial atacadista de produtos alimentícios, de limpeza, de higiene pessoal, de artigos de escritório e papeleria e de bebidas), em regime de urgência, relator Deputado Sílvio Costa Filho, foi aprovado à unanimidade ; Projeto de Lei Ordinária nº 1166/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal, e dá outras providências), em regime de urgência, relator Deputado Aluísio Lessa, foi aprovado à unanimidade ; Projeto de Resolução nº 1169/2012, de autoria do Deputado André Campos (Ementa: Concede o Título Honorífico de Cidadão Pernambucano a Milton Coelho da Silva Neto), relator Deputado Ricardo Costa, foi aprovado à unanimidade. Por último passou à extra-pauta para distribuir o seguinte projeto: Projeto de Lei Ordinária 1183/2012, de autoria do Poder Executivo, (Ementa: Abre crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado, relativo ao exercício de 2012, e dá outras providências), em regime de urgência, foi distribuído ao Deputado Ricardo Costa e em seguida passou à discussão da Emenda Modificativa nº 01/2012, de autoria do Deputado Waldemar Borges (Ementa: Altera redação do Substitutivo nº 01 ao Projeto de Lei Ordinária nº 493/2012) ao Projeto de Lei Ordinária nº 493/2011, de autoria do Deputado Pedro Serafim Neto (Ementa: Regulamenta a cobrança do pedágio na malha rodoviária no Estado de Pernambuco.) relator, por dependência, Deputado Antônio Moraes, foi aprovado à unanimidade. Por fim, deu por encerrada a reunião e marcou a próxima reunião para o dia vinte do mês de novembro do ano de dois mil e doze às nove horas da manhã. Do que, para constar, eu, Paulo Roberto Fernandes Pinto Júnior, Procurador e Assessor Jurídico desta Comissão Técnica, lavrei a presente ata, que vai por todos assinada, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas.

**DEPUTADO RAIMUNDO PIMENTEL
PRESIDENTE**

TITULARES:

**DEPUTADO ÂNGELO FERREIRA
DEPUTADO ANTÔNIO MORAES
DEPUTADO DANIEL COELHO
DEPUTADO RICARDO COSTA
DEPUTADO SÍLVIO COSTA FILHO
DEPUTADO WALDEMAR BORGES**

SUPLENTES:

**DEPUTADO ALUÍSIO LESSA
DEPUTADO DIOGO MORAES**

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA REALIZADA NO DIA 16 DE OUTUBRO DE 2012.

Às nove horas do dia dezesseis do mês de outubro do ano de dois mil e doze, no plenarinho III, localizado no segundo andar do Anexo I desta Assembléia Legislativa – Edifício Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Deputado Raimundo Pimentel, reuniram-se os Deputados Ângelo Ferreira, Antônio Moraes, Daniel Coelho, Ricardo Costa Sílvio Costa Filho e Teresa Leitão, membros titulares. O Presidente deu início à distribuição das seguintes proposições: Projeto de Lei Ordinária nº 1137/2012, de autoria do Deputado Antônio Moraes (Ementa: Considera o Restaurante "Buraco da Gia", da cidade pernambucana de Goiana, Patrimônio Cultural Imaterial do Estado de Pernambuco), foi distribuído ao Deputado Daniel Coelho; Projeto de Lei Ordinária nº 1138/2012, de autoria do Tribunal de Contas do Estado (Ementa: Dispõe sobre o reajuste do vencimento dos Procuradores do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco e do Procurador-Chefe da Procuradoria Jurídica do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco), foi distribuído à Deputada Teresa Leitão; Projeto de Lei Ordinária nº 1139/2012, de autoria do Deputado Antônio Moraes (Ementa: Denomina de Deputado Paulo Marques, a Academia da Cidade, localizada no Município de Carpina-PE), foi distribuído ao Deputado Sílvio Costa Filho ; Projeto de Lei Ordinária nº 1140/2012, de autoria do Deputado Antônio Moraes (Ementa: Denomina de Vereador Antônio de Moraes Andrade Filho, a academia da cidade, construída pelo Governo Estadual no Município de Macaparana –PE), foi distribuído ao Deputado Ângelo Ferreira. Em seguida passou à discussão dos seguintes projetos de lei: Projeto de Lei Complementar nº 1125/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Dispensa o crédito tributário relativo ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA devido até o exercício em que seja alienado veículo apreendido pelo Departamento Estadual de Trânsito de Pernambuco - DETRAN e declarado como sucata), em regime de urgência, relatoria do Deputado Ricardo Costa, na ausência, foi designado para relatar o Deputado Ângelo Ferreira, que o aprovou à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Complementar nº 1128/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Altera a Lei Complementar nº 107, de 14 de abril de 2008, que institui a Lei Orgânica da Administração Tributária do Estado de Pernambuco e disciplina as carreiras integrantes do Grupo Ocupacional Administração Tributária do Estado de Pernambuco - GOATE), em regime de urgência, relatoria do Deputado Ricardo Costa, na ausência, foi designado para relatar o Deputado Sílvio Costa Filho, que o aprovou à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Complementar nº 107, de 14 de abril de 2008, que institui a Lei Orgânica da Administração Tributária do Estado de Pernambuco e disciplina as carreiras integrantes do Grupo Ocupacional Administração Tributária do Estado de Pernambuco - GOATE), em regime de urgência, relatoria do Deputado Ricardo Costa, na ausência, foi designado para relatar o Deputado Sílvio Costa Filho, que o aprovou à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Complementar nº 1131/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Fixa novos valores de vencimento base do cargo público que indica, e determina outras providências), em regime de urgência, relatoria do Deputado Aluísio Lessa, na ausência, foi designado para relatar o Deputado Ricardo Costa, que o aprovou à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Complementar nº 1132/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Fixa novos valores de vencimento base dos cargos públicos que indica, e determina outras providências) regime de urgência, relatoria do Deputado Antônio Moraes, foi aprovado à unanimidade; Projeto de Lei Complementar nº 1133/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Fixa novos valores de vencimento base do cargo público que indica, e determina outras providências), em regime de urgência, relatoria do Deputado Ricardo Costa, foi aprovado à unanimidade; Projeto de Lei Complementar nº 1134/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Fixa novos valores de vencimento base do cargo público que indica, e determina outras providências), em regime de urgência, relator Deputado Aluísio Lessa, na ausência, foi designado para relatar o Deputado Waldemar Borges, que o aprovou à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Complementar nº 1136/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Fixa novos valores de vencimento base dos cargos públicos que indica, e determina outras providências), em regime de urgência, relator Deputado Ricardo Costa, foi aprovado à unanimidade; Projeto de Lei Ordinária nº 1069/2012, de autoria do Deputado Rodrigo Novaes (Ementa: Determina a disponibilização de Estatutos da Criança e do Adolescente em todas as bibliotecas e instituições de ensino públicas e privadas), relatoria da Deputada Teresa Leitão, foi retirado de pauta, vistas ao Deputado Waldemar Borges; Projeto de Lei Ordinária nº 1086/2012, de autoria do Deputado Ricardo Costa (Ementa: Institui o Dia Estadual dos Doutores da Alegria), relatoria do Deputado Diogo Moraes, na ausência, foi designado para relatar o Deputado Daniel Coelho, que o aprovou à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 1120/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Autoriza a supressão de vegetação nas áreas que especifica, e dá outras providências), em regime de urgência, relatoria do Deputado Sílvio Costa Filho, foi aprovado à unanimidade; Projeto de Lei Ordinária nº 1122/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Estende benefícios aos alunos e servidores do Colégio da Polícia Militar de Pernambuco), em regime de urgência, relatoria do Deputado Ricardo Costa, foi aprovado à unanimidade; Projeto de Lei Ordinária nº 1123/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Altera dispositivos da Lei nº 12.976, de 28 de dezembro de 2005, que institui o Fundo Estadual Garantidor das Parcerias Público-Privadas – FGPE), em regime de urgência, relatoria do Deputado Sílvio Costa Filho, foi aprovado à unanimidade; Projeto de Lei Ordinária nº 1129/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Abre crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado, relativo ao exercício de 2012, e dá outras providências), em regime de urgência, relatoria do Deputado Sílvio Costa Filho, foi aprovado à unanimidade; Projeto de Lei Ordinária nº 1135/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Cria Gratificações de Supervisão de Saúde que indica, e dá outras providências), em regime de urgência, relatoria do Deputado Aluísio Lessa, na ausência, foi designado para relatar o Deputado Ângelo Ferreira, que o aprovou à unanimidade dos Deputados; Projeto de Resolução nº 1118/2012, de autoria do

Deputado Mavíael Cavalcanti (Ementa: Concede o Título de Cidadão de Pernambuco a Alessandro Beti Rosa.), foi distribuído ao Deputado Antônio MoraesAprovado à unanimidade. Em seguida passou à extra-pauta: Projeto de Lei Complementar nº 1142/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Altera a Lei Complementar nº 134, de 23 de dezembro de 2008, que dispõe sobre a carreira de Praça e o Quadro de Oficiais de Administração nas Corporações Militares Estaduais, sobre o Quadro de Especialistas da Polícia Militar de Pernambuco - PMPE, e dá outras providências.), em regime de urgência, foi distribuído ao Deputado Ângelo Ferreira;Projeto de Lei Ordinária nº 1141/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Abre crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado, relativo ao exercício de 2012, e dá outras providências.), em regime de urgência, foi distribuído ao Deputado Ricardo Costa; Projeto de Lei Ordinária nº 1143/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Altera os arts. 16 e 22 da Lei nº 12.765, de 27 de janeiro de 2005, que institui o Programa Estadual de Parcerias Público-Privadas.), em regime de urgência, foi distribuído ao Deputado Raimundo Pimentel; Projeto de Lei Ordinária nº 1144/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Autoriza o Estado de Pernambuco a receber doação, com encargo, de bem imóvel situado no Município de Salgueiro, neste Estado.), foi distribuído ao Deputado Daniel Coelho.Por fim, deu por encerrada a reunião e marcou a próxima reunião para o dia vinte e três do mês de outubro do ano de dois mil e doze às nove horas da manhã. Do que, para constar, eu, Paulo Roberto Fernandes Pinto Júnior, Procurador e Assessor Jurídico desta Comissão Técnica, lavrei a presente ata, que vai por todos assinada, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas.

**DEPUTADO RAIMUNDO PIMENTEL
PRESIDENTE**

TITULARES:

**DEPUTADO ÂNGELO FERREIRA
DEPUTADO ANTONIO MORAES**

**DEPUTADO DANIEL COELHO
DEPUTADO RICARDO COSTA**

**DEPUTADO SÍLVIO COSTA FILHO
DEPUTADA TERESA LEITÃO**

SUPLENTE:

**DEPUTADO ALUÍSIO LESSA
DEPUTADO DIOGO MORAES**

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA REALIZADA NO DIA 20 DE NOVEMBRO DE 2012.

Às nove horas do dia vinte do mês de novembro do ano de dois mil e doze, no plenarinho III, localizado no segundo andar do Anexo I desta Assembléia Legislativa – Edifício Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Deputado Raimundo Pimentel, reuniram-se os Deputados Ângelo Ferreira, Antônio Moraes, Daniel Coelho,Ricardo Costa , Sílvio Costa Filho e Waldemar Borges, membros titulares, e o Deputado Diogo Moraes, membro suplente. O Presidente deu início à distribuição das seguintes proposições: Veto Parcial, de autoria do Governador do Estado, ao Projeto de Lei Ordinária nº 984/2012, de autoria do Deputado Henrique Queiroz (Ementa: Institui, no Calendário Oficial de Eventos do Estado de Pernambuco, a Semana de Conscientização sobre Acidentes com Fogos e Fogueiras e dá outras providências), foi distribuído ao Deputado Diogo Moraes ; Projeto de Lei Ordinária nº 1184/2012, de autoria do Deputado Sílvio Costa Filho (Ementa: Inserir, no Calendário Oficial Carnavalesco do Estado de Pernambuco, o município de Lagoa dos Gatos), foi distribuído ao Deputado Daniel Coelho ;Projeto de Lei Ordinária nº 1185/2012, de autoria do Deputado Everaldo Cabral (Ementa: Denomina Escola Técnica Estadual Padre Henrique, a ETE de Prazeres, no Município de Jaboatão dos Guararapes, Região Metropolitana do Recife), foi distribuído ao Deputado Sílvio Costa Filho ; Projeto de Lei Ordinária nº 1186/2012, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães (Ementa: Institui a Política de Promoção da Aprendizagem, no âmbito das redes estaduais de saúde e de educação), foi distribuído ao Deputado Antônio Moraes ;Projeto de Lei Ordinária nº 1187/2012, de autoria do Deputado Ricardo Costa (Ementa: Torna obrigatório que estabelecimentos comerciais tipo shopping center, com mais de 100 (cem) lojas, coloquem à disposição dos clientes, serviços de pronto socorro médico, e determina outras providências), foi distribuído ao Deputado Antônio Moraes; Projeto de Lei Ordinária nº 1189/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Autoriza o Estado de Pernambuco a ceder o direito de uso dos imóveis que indica, e dá outras providências), em regime de urgência, foi distribuído ao Deputado Vinicius Labanca ; Projeto de Lei Ordinária nº 1190/2012, de autoria do Deputado Adalto Santos (Ementa: Modifica a Lei nº 14.689, de 4 de junho de 2012), foi distribuído ao Deputado Daniel Coelho; Projeto de Lei Ordinária nº 1191/2012, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães (Ementa: Institui, no âmbito do Estado de Pernambuco, a Política de Proteção à Pessoa Portadora de Autismo), foi distribuído ao Deputado Sílvio Costa Filho;Projeto de Lei Ordinária nº 1192/2012, de autoria do Deputado Pastor Cleiton Collins (Ementa: Institui a obrigatoriedade de identificação completa das empresas sediadas no Estado de Pernambuco que operam comércio virtual, no respectivo site, e a obrigatoriedade de manutenção de SAC - Serviço de Atendimento ao Consumidor nos dias úteis), foi distribuído ao Deputado Antônio Moraes ;Projeto de Lei Ordinária nº 1193/2012, de autoria do Deputado Pastor Cleiton Collins (Ementa: Dispõe sobre a proteção ao consumidor do serviço de televisão (TV) por assinatura), foi distribuído ao Deputado Sílvio Costa; Projeto de Lei Ordinária nº 1194/2012, de autoria do Deputado Guilherme Uchoa (Ementa: Denomina de UPA-E

Deputado Josesito Padilha, a Unidade de Pronto Atendimento - UPA Especialidades, do município de Afogados da Ingazeira), foi distribuído ao Deputado Diogo Moraes; Projeto de Lei Ordinária nº 1195/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Altera a Lei nº 14.319, de 27 de maio de 2011, que dispõe sobre o Prêmio de Defesa Social – PDS, no âmbito do Estado de Pernambuco, e dá outras providências), em regime de urgência ,foi distribuído ao Deputado Waldemar Borges; Projeto de Lei Ordinária nº 1196/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Dispõe sobre medidas relativas à Copa das Confederações FIFA de 2013 e a Copa do Mundo FIFA de 2014), em regime de urgência , foi distribuído ao Deputado Vinicius Labanca; Projeto de Lei Ordinária nº 1198/2012, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães (Ementa: Institui o Dia Estadual de Debates sobre o Bem-Estar da Mulher.), foi distribuído ao Deputado Ricardo Costa. Em seguida passou à discussão dos seguintes projetos: Projeto de Lei Complementar nº 1174/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Fixa novos valores de vencimento base dos cargos públicos que indica, e dá outras providências), em regime de urgência,relatoria do Deputado Aluísio Lessa,na ausência, foi designado para relatar o Deputado Diogo Moraes, que o aprovou à unanimidade dos Deputados;Projeto de Lei Ordinária nº 1155/2012, de autoria da Deputada Mary Gouveia (Ementa: Institui, no Calendário Oficial de Eventos do Estado de Pernambuco, o Dia Estadual de Combate à Psoríase), relatoria do Deputado Sílvio Costa Filho, foi aprovado à unanimidade; Projeto de Lei Ordinária nº 1179/2012, de autoria do Deputado Rodrigo Novaes (Ementa: Institui o Dia Estadual do Vaqueiro),relatoria do Deputado Antônio Moraes, foi aprovado à unanimidade;Projeto de Lei Ordinária nº 1181/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Concede crédito presumido do ICMS a estabelecimento industrial fabricante de bicicletas e suas partes), em regime de urgência,relatoria do Deputado Ricardo Costa , foi aprovado à unanimidade; Projeto de Lei Ordinária nº 1183/2012 de autoria do Poder Executivo (Ementa: Abre crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado, relativo ao exercício de 2012, e dá outras providências), em regime de urgência,relatoria do Deputado Ricardo Costa, foi aprovado à unanimidade; Projeto de Resolução nº 1177/2012, de autoria do Deputado Zé Maurício (Ementa: Concede o Título de Cidadã do Estado de Pernambuco à Maria José Moreira),relatoria do Deputado Antônio Moraes, foi aprovado à unanimidade.Por último passou à extra-pauta para contemplar as seguintes proposições: Projeto de Lei Ordinária 1197/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Abre crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado, relativo ao exercício de 2012, e dá outras providências), em regime de urgência ,que foi distribuído ao Deputado Diogo Moraes; Projeto de Lei Ordinária nº 1196/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa:Dispõe sobre medidas relativas à Copa das Confederações FIFA de 2013 e a Copa do Mundo FIFA de 2014.),relatoria do Deputado Vinicius Labanca, foi aprovado à unanimidade;Projeto de Lei Ordinária 1197/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Abre crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado, relativo ao exercício de 2012, e dá outras providências), em regime de urgência,relatoria do Deputado Diogo Moraes , foi aprovado à unanimidade.Por fim, deu por encerrada a reunião e marcou a próxima reunião para o dia vinte e sete do mês de novembro do ano de dois mil e doze às nove horas da manhã. Do que, para constar, eu, Paulo Roberto Fernandes Pinto Júnior, Procurador e Assessor Jurídico desta Comissão Técnica, lavrei a presente ata, que vai por todos assinada, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas.

**DEPUTADO RAIMUNDO PIMENTEL
PRESIDENTE**

TITULARES:

**DEPUTADO ÂNGELO FERREIRA
DEPUTADO ANTONIO MORAES**

**DEPUTADO RICARDO COSTA
DEPUTADO SÍLVIO COSTA FILHO**

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA REALIZADA NO DIA 25 DE SETEMBRO DE 2012.

Às nove horas do dia vinte e cinco do mês de setembro do ano de dois mil e doze, no plenarinho III, localizado no segundo andar do Anexo I desta Assembléia Legislativa – Edifício Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Deputado Raimundo Pimentel , reuniram-se os Deputados Ângelo Ferreira, Antônio Moraes, Ricardo Costa e Teresa Leitão, membros titulares, e os Deputados Aluísio Lessa e Diogo Moraes membros suplentes. O Presidente deu início à distribuição das seguintes proposições: Projeto de Lei Ordinária nº 1102/2012, de autoria do Deputado Antônio Moraes (Ementa: Declara de Utilidade Pública, a entidade “Centro Social Dom João Costa”), foi distribuído ao Deputado Sílvio Costa Filho; Projeto de Lei Ordinária nº 1103/2012, de autoria do Deputado Ricardo Costa (Ementa: Dispõe sobre a proibição de caixas de papelão usadas para embalagem de produtos adquiridos em estabelecimentos de varejo, supermercados e congêneres), foi distribuído ao Deputado Ângelo Ferreira;Projeto de Lei Ordinária nº 1104/2012, de autoria do Deputado Augusto César (Ementa: Denomina de Sindicalista Maria Vanete Almeida, o Prédio Sede do Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco do Município de Serra Talhada, neste Estado), foi distribuído ao Deputado Diogo Moraes; Projeto de Lei Ordinária nº 1105/2012, de autoria do Deputado Augusto César (Ementa: Denomina de Rodovia Auditor João de Carvalho Soares, a VPE 420 - 0010, estrada vicinal que liga a PE 418 ao Distrito de Luanda, até a divisa com o Estado da Paraíba, no Município de Serra Talhada), foi distribuído ao Deputado Waldemar Borges; Projeto de Lei Ordinária nº 1106/2012, de autoria da Deputada Mary Gouveia (Ementa: Disponibiliza a

internet sem fio, no sistema Wi-Fi, no âmbito da Rede Estadual de Ensino de Pernambuco, nível Fundamental e Médio, e dá outras providências), foi distribuído ao Deputado Sílvio Costa Filho;Projeto de Lei Ordinária nº 1108/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Autoriza o Estado de Pernambuco a conceder o direito real de uso de imóvel que indica), em regime de urgência, foi distribuído ao Deputado Aluísio Lessa;Projeto de Lei Ordinária nº 1109/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa:Autoriza o Estado de Pernambuco a ceder o direito de uso do imóvel que indica), em regime de urgência, foi distribuído ao Deputado Waldemar Borges;Projeto de Lei Ordinária nº 1110/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa:Introduz alterações na Lei nº 13.179, de 29 de dezembro de 2006, que instituiu o Programa de Desenvolvimento da Indústria de Calçados, Bolsas, Cintos e Bolsas Esportivas do Estado de Pernambuco), em regime de urgência, foi distribuído ao Deputado Diogo Moraes; Projeto de Lei Ordinária nº 1111/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa Altera a Lei nº 13.487, de 1º de julho de 2008, que cria as gratificações que indica, no âmbito da Secretaria de Defesa Social, e dá outras providências), em regime de urgência, foi distribuído ao Deputado Sílvio Costa Filho;Projeto de Resolução nº 1107/2012, de autoria do Deputado Sílvio Costa Filho (Ementa: Altera dispositivos do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco), foi distribuído ao Deputado Aluísio Lessa.Emm seguida passou à discussão dos seguintes projetos: Projeto de Lei Ordinária nº 945/2012, de autoria do Deputado José Humberto Cavalcanti (Ementa: Denomina o trecho da PE-375, situada entre os municípios de Inajá, Tacaratu à BR-110 de Rodovia Francisco Simões de Lima e dá outras providências.),relator Deputado Aluísio Lessa, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 993/2012, de autoria do Deputado Henrique Queiroz (Ementa: Denomina Senador Antônio Farias, a Rodovia Estadual PE-85),relatoria da Deputada Teresa Leitão,na ausência da Deputada Teresa Leitão, foi designado do Deputado Diogo Moraes, que o aprovou à unanimidade dos Deputados;Projeto de Lei Ordinária nº 1014/2012, de autoria do Deputado Antônio Moraes (Ementa: Denomina trecho da Rodovia PE 59, na região da Mata Norte, e dá outras providências),relatoria do Deputado Aluísio Lessa, aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 1023/2012, de autoria do Deputado Claudiano Martins Filho (Ementa: Denomina de Rodovia Manoel de Souza Santana, a Rodovia Vicinal, no trecho específico que liga a PE-337 ao Distrito de Fátima, município de Flores, Sertão do Pajeú),relator Deputado Ângelo Ferreira,na ausência do Deputado Ângelo Ferreira, o Deputado Waldemar Borges, que o aprovou à unanimidade dos Deputados;Projeto de Lei Ordinária nº 1027/2012, de autoria do Deputado Ricardo Costa (Ementa: Dispõe sobre afixação de cartaz por parte dos Cartórios de Registro Civil sobre gratuidade de emolumentos pelo Registro Civil, assento de óbito e certidões, nos termos que especifica),relator Deputado Ângelo Ferreira,vistas ao Relator, Deputado Sílvio Costa Filho; Projeto de Lei Ordinária nº 1033/2012, de autoria do Deputado Aglaílson Júnior (Ementa: Denomina Rodovia Fernanda Dornelas Câmara Paes, a Rodovia Vicinal à Apoti, no trecho Pirutuba - Ladeira Vermelha – ao Distrito de Apoti, no município de Glória do Goitá),relator Deputado Sílvio Costa Filho, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 1034/2012, de autoria do Deputado Guilherme Uchoa (Ementa: Denomina de Rodovia Prefeito Adolfo Moraes de Albuquerque Maranhão, a artéria vicinal que liga a BR-232 com o Distrito de Matriz da Luz, Município de São Lourenço da Mata),relator Deputado Waldemar Borges, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 1067/2012, de autoria do Deputado Rodrigo Novaes (Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade de afixação de cartaz, nos postos revendedores de combustíveis, com informação sobre o percentual da diferença entre os preços da gasolina e do etanol),relator Deputado Antônio Moraes,na ausência do Deputado Antônio Moraes, foi designado para relatar o Deputado Sílvio Costa Filho, que o aprovou à unanimidade dos Deputados;Projeto de Lei Ordinária nº 1084/2012, de autoria do Deputado Ricardo Costa (Ementa: Institui a Semana Estadual de Conscientização da Cardiopatia Congênita no Estado de Pernambuco, a realizar-se, anualmente, na segunda semana do mês de junho, e dá outras providências),relator Deputado Aluísio Lessa, foi aprovado à unanimidade dos Deputados;Projeto de Lei Ordinária nº 1090/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Autoriza o Estado de Pernambuco a ceder o direito de uso dos imóveis que indica, e dá outras providências) relator Deputado Aluísio Lessa, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Resolução nº 727/2012, de autoria do Deputado Manoel Santos (Ementa: Concede a Medalha Leão do Norte, Mérito Direitos Humanos à Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco – FETAPE),relator Deputado Ângelo Ferreira,na ausência do Deputado Ângelo Ferreira, foi designado para relatar o Deputado Aluísio Lessa, que o aprovou à unanimidade dos Deputados.Passou então à extra-pauta para contemplar a seguinte proposição: Projeto de Resolução nº 727/2012, de autoria do Deputado Manoel Santos (Ementa: Concede a Medalha Leão do Norte, Mérito Direitos Humanos à Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco – FETAPE),relator Deputado Ângelo Ferreira,na ausência do Deputado Ângelo Ferreira, foi designado para relatar o Deputado Aluísio Lessa, que o aprovou à unanimidade dos Deputados.Por fim, deu por encerrada a reunião e marcou a próxima reunião para o dia dois do mês de outubro do ano de dois mil e doze às nove horas da manhã. Do que, para constar, eu, Paulo Roberto Fernandes Pinto Júnior, Procurador e Assessor Jurídico desta Comissão Técnica, lavrei a presente ata, que vai por todos assinada, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas.

**DEPUTADO RAIMUNDO PIMENTEL
PRESIDENTE**

TITULARES:

DEPUTADO ANTONIO MORAES

**DEPUTADO DANIEL COELHO
DEPUTADO RICARDO COSTA
DEPUTADO SÍLVIO COSTA FILHO
DEPUTADO WALDEMAR BORGES**

SUPLENTE:

**DEPUTADO ALUÍSIO LESSA
DEPUTADO DIOGO MORAES**

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA REALIZADA NO DIA 27 DE NOVEMBRO DE 2012.

Às nove horas do dia vinte do mês de novembro do ano de dois mil e doze, no plenarinho III, localizado no segundo andar do Anexo I desta Assembléia Legislativa – Edifício Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Deputado Raimundo Pimentel, reuniram-se os Deputados Ângelo Ferreira, Antônio Moraes, Daniel Coelho, membros titulares, e os Deputados Aluísio Lessa,Tony Gel e Zé Maurício, membros suplentes.Estava presente também o Deputado Mavíael Cavalcanti . O Presidente deu início à distribuição das seguintes proposições: Projeto de Lei Complementar nº 1209/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Dispõe sobre o Fundo para Fomento a Programas Especiais de Pernambuco – FUPES-PE, e dá outras providências), em regime de urgência, foi distribuído ao Deputado Aluísio Lessa ;Projeto de Lei Complementar nº 1210/2012 , de autoria do Poder Executivo (Ementa: Dispõe sobre a criação do cargo que indica, fixa sua remuneração, e dá outras providências), em regime de urgência, foi distribuído ao Deputado Ângelo Ferreira;Projeto de Lei Complementar nº 1211/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Altera a Lei Complementar nº 108, de 14 de maio de 2008, e dá outras providências), em regime de urgência, foi distribuído ao Deputado Antônio Moraes; Projeto de Lei Complementar nº 1212/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Institui, no âmbito da Agência Estadual de Tecnologia da Informação – ATI, Plano de Cargos, Carreiras e Salários – PCCS, e determina outras providências), em regime de urgência, foi distribuído ao Deputado Ângelo Ferreira ;Projeto de Lei Complementar nº 1213/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Institui, no âmbito da Agência Estadual de Tecnologia da Informação – ATI, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos – PCCV, e determina outras providências), em regime de urgência, foi distribuído ao Deputado Daniel Coelho; Projeto de Lei Ordinária nº 1199/2012, de autoria do Deputado Pedro Serafim Neto (Ementa: Inclui no Calendário Oficial de Eventos do Estado de Pernambuco, o Polo Carnavalesco da cidade de São José da Coroa Grande, realizado anualmente), foi distribuído ao Deputado Daniel Coelho; Projeto de Lei Ordinária nº 1200/2012, de autoria do Deputado Henrique Queiroz (Ementa: Institui a obrigatoriedade de reparação física de espaços de uso público e dá outras providências), foi distribuído ao Deputado Antônio Moraes;Projeto de Lei Ordinária nº 1202/2012, de autoria do Deputado João Fernando Coutinho (Ementa: Denomina de Rodoviária Estadual Juiz Múcio Aguiar, o Terminal Rodoviário Estadual, localizado no município de Palmares), foi distribuído ao Deputado Daniel Coelho; Projeto de Lei Ordinária nº 1203/2012, de autoria do Deputado Sebastião Oliveira Júnior (Ementa: Denomina de UPA-E Dr. José Alves de Carvalho, a Unidade de Pronto Atendimento Especialidades, construída pelo Governo do Estado – Secretaria Estadual de Saúde – no Município de Serra Talhada), foi distribuído ao Deputado Aluísio Lessa; Projeto de Lei Ordinária nº 1204/2012, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães (Ementa: Dispõe sobre a “Semana do check-up Juvenil” na rede Pública Estadual de saúde e dá outras providências), foi distribuído ao Deputado Ângelo Ferreira ; Projeto de Lei Ordinária nº 1205/2012, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães (Ementa: Estabelece ações de prevenção de acidentes de trabalho na indústria da construção, no âmbito do Estado de Pernambuco), foi distribuído ao Deputado Daniel Coelho;Projeto de Lei Ordinária nº 1206/2012, de autoria do Deputado Diogo Moraes (Ementa: Denomina de UPAA Dona Dalva Félix, a Unidade Pernambucana de Atendimento Especializado - UPAA, localizada no município de Caruaru), foi distribuído ao Deputado Antônio Moraes; Projeto de Lei Ordinária nº 1207/2012, de autoria do Deputado Adalberto Cavalcanti (Ementa: Institui no Calendário Oficial de Eventos do Estado de Pernambuco, a Festa do Tamarindo no município de Afrânio, comemorada, anualmente, no mês de agosto), foi distribuído ao Deputado Aluísio Lessa ;Projeto de Lei Ordinária nº 1208/2012, de autoria do Deputado Adalberto Cavalcanti (Ementa: Institui no Calendário Oficial de Eventos do Estado de Pernambuco, a Festa do Senhor do Bonfim do Povoado do Caboclo, no Município de Afrânio, comemorada, anualmente, na última semana do mês de dezembro), foi distribuído ao Deputado Daniel Coelho; Projeto de Lei Ordinária nº 1214/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Institui o Programa Irrigação para Todos, no âmbito do Estado de Pernambuco, e dá outras providências), em regime de urgência, foi distribuído ao Deputado Raimundo Pimentel; Projeto de Lei Ordinária nº 1215/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Cria o Programa Estadual de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos – PEPDDH/PE, no âmbito do Estado de Pernambuco, e dá outras providências), em regime de urgência, foi distribuído ao Deputado Ângelo Ferreira;Projeto de Lei Ordinária nº

1216/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Cria os cargos comissionados e as funções gratificadas que indica, e dá outras providências), em regime de urgência, foi distribuído ao Deputado Aluísio Lessa; Projeto de Lei Ordinária nº 1217/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Autoriza a supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente nas áreas que especifica, e dá outras providências), em regime de urgência, foi distribuído ao Deputado Waldemar Borges ;Projeto de Lei Ordinária nº 1218/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Cria a Gratificação de Exercício em Unidade Socioeducativa – GEUS que indica), em regime de urgência, foi distribuído ao Deputado Aluísio Lessa; Projeto de Lei Ordinária nº 1219/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Prorroga o prazo de vigência da alíquota do ICMS incidente nas operações com veículos automotores novos), em regime de urgência, foi distribuído ao Deputado Antônio Moraes;Projeto de Lei Ordinária nº 1220/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Institui o Sistema de Transferência de Recursos Financeiros do Fundo Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente aos respectivos Fundos Municipais, e altera a Lei nº 10.973, de 17 de novembro de 1993, e dá outras providências), em regime de urgência, foi distribuído ao Deputado Raimundo Pimentel;Projeto de Lei Ordinária nº 1221/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Altera a Lei nº 14.046, de 30 de abril de 2010, e alterações, que autoriza a supressão de vegetação de preservação permanente nas áreas que especifica, e dá outras providências), em regime de urgência, foi distribuído ao Deputado Ângelo Ferreira;Projeto de Lei Ordinária nº 1222/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Modifica a Lei nº 10.259, de 27 de janeiro de 1989, que institui o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, relativamente à alíquota aplicável em operações interestaduais com bens e mercadorias importados), em regime de urgência, foi distribuído ao Deputado Aluísio Lessa;Projeto de Lei Ordinária nº 1223/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Altera a Lei nº 14.320, de 27 de maio de 2011, que estabelece novo disciplinamento para a concessão da Gratificação Pacto Pela Vida - GPPV aos Policiais Civis e Policiais Militares, e dá outras providências), em regime de urgência, foi distribuído ao Deputado Waldemar Borges;Projeto de Lei Ordinária nº 1224/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Altera o Anexo I da Lei nº 13.487, de 1º de julho de 2008, e alterações, e dá outras providências), em regime de urgência, foi distribuído ao Deputado Zé Maurício;Projeto de Lei Ordinária nº 1225/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Institui a Gratificação de Serviço de Fiscalização – GSF, no âmbito do Departamento Estadual de Trânsito de Pernambuco-DETRAN, e dá outras providências), em regime de urgência, foi distribuído ao Deputado Waldemar Borges;Projeto de Lei Ordinária nº 1226/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Autoriza a sua supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente na área que especifica, e dá outras providências), em regime de urgência, foi distribuído ao Deputado Ângelo Ferreira;Projeto de Lei Ordinária nº 1227/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Altera a Lei nº 14.768, de 27 de setembro de 2012, que institui o Chapéu de Palha – Emergencial de Estiagem, e dá outras providências), em regime de urgência, foi distribuído ao Deputado Ângelo Ferreira;Projeto de Lei Ordinária nº 1228/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Dispõe sobre medidas de cooperação entre o Estado de Pernambuco e Municípios para fins de remoção de edificações em áreas de risco), em regime de urgência, foi distribuído ao Deputado Daniel Coelho; Projeto de Lei Ordinária nº 1229/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Altera a Lei nº 14.547, de 21 de dezembro de 2011, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender às necessidades de excepcional interesse público de que trata o inciso VII do art. 97 da Constituição Estadual), em regime de urgência, foi distribuído ao Deputado Zé Maurício;Projeto de Lei Ordinária nº 1230/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Introduz modificações na Lei nº 13.974, de 16 de dezembro de 2009, que dispõe sobre a legislação tributária do Estado relativa ao Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens e Direitos – ICD), em regime de urgência, foi distribuído ao Deputado Antônio Moraes;Projeto de Lei Ordinária nº 1231/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Modifica a Lei nº 10.489, de 2 de outubro de 1990, relativamente ao início da vigência de novos critérios de distribuição de parte do ICMS que cabe aos Municípios), regime de urgência, foi distribuído ao Deputado Aluísio Lessa;Projeto de Lei Ordinária nº 1232/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Autoriza o Estado de Pernambuco a ceder o direito de uso dos imóveis que indica, e dá outras providências), em regime de urgência, foi distribuído ao Deputado Waldemar Borges ; Projeto de Lei Ordinária nº 1233/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Altera a Lei nº 14.249, de 17 de dezembro de 2010, que dispõe sobre licenciamento ambiental, infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, e dá outras providências) em regime de urgência, foi distribuído ao Deputado Ângelo Ferreira; Projeto de Lei Ordinária nº 1234/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Altera a Lei nº 11.503, de 18 de dezembro de 1997, que institui o Fundo de Aperfeiçoamento dos Serviços Administrativos Fazendários – FASAF.),em regime de urgência, foi distribuído ao Deputado Zé Maurício;Projeto de Lei Ordinária nº 1235/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Abre crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado, relativo ao exercício de 2012, e dá outras providências.), em regime de urgência, foi distribuído ao Deputado Antônio Moraes;Projeto de Lei Ordinária nº 1236/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Autoriza o Estado de Pernambuco a conceder o direito de uso de imóveis públicos, mediante prévia licitação, nos termos do § 1º do art. 4º da Constituição do Estado, e alteração, e art. 2º da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.), em regime de urgência, foi distribuído ao Deputado Aluísio Lessa.Em seguida passou à discussão: Veto Parcial, de autoria

do Governador do Estado, ao Projeto de Lei Ordinária nº 984/2012, de autoria do Deputado Henrique Queiroz (Ementa: Institui, no Calendário Oficial de Eventos do Estado de Pernambuco, a Semana de Conscientização sobre Acidentes com Fogos e Fogueiras e dá outras providências), relatoria do Deputado Diogo Moraes,na ausência, foi designado para relatar o Deputado Antônio Moraes que o aprovou à unanimidade;Projeto de Lei Complementar nº 1209/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Dispõe sobre o Fundo para Fomento a Programas Especiais de Pernambuco – FUPES-PE, e dá outras providências), em regime de urgência,relatoria do Deputado Aluísio Lessa , foi aprovado à unanimidade;Projeto de Lei Complementar nº 1211/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Altera a Lei Complementar nº 108, de 14 de maio de 2008, e dá outras providências), em regime de urgência,relatoria do Deputado Antônio Moraes , foi aprovado à unanimidade; Projeto de Lei Complementar nº 1212/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Institui, no âmbito da Agência Estadual de Tecnologia da Informação – ATI, Plano de Cargos, Carreiras e Salários – PCCS, e determina outras providências), em regime de urgência,relatoria do Deputado Ângelo Ferreira ,foi aprovado à unanimidade;Projeto de Lei Complementar nº 1213/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Institui, no âmbito da Agência Estadual de Tecnologia da Informação – ATI, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos – PCCV, e determina outras providências),em regime de urgência, relatoria do Deputado Ângelo Ferreira, foi aprovado à unanimidade ;Projeto de Lei Ordinária nº 890/2012, de autoria do Ministério Público (Ementa: Altera dispositivos e Anexos da Lei n.º 12.956, de 16 de dezembro de 2005, modificada pela Lei nº 13.536, de 8 de setembro de 2008, pela Lei nº 13.134, de 14 de novembro de 2006, e pela Lei nº 14.031, de 31 de março de 2010, e dá outras providência,relatoria do Deputado Raimundo Pimentel,relatória transferida ao Deputado Ângelo Ferreira,aprovado à unanimidade; Projeto de Lei Ordinária nº 992/2012, de autoria do Deputado Henrique Queiroz (Ementa: Denomina Hospital Senador Antônio Farias, as instalações da Unidade Hospitalar do Município de Cortês, situado no Bairro de Nova Cortês, às margens da Rodovia PE-85),relatoria do Deputado Aluísio Lessa, foi aprovado à unanimidade; Projeto de Lei Ordinária nº 1182/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Autoriza o Estado de Pernambuco a ceder o direito de uso dos imóveis que indica),relatoria do Deputado Aluísio Lessa, foi aprovado à unanimidade;Projeto de Lei Ordinária nº 1189/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Autoriza o Estado de Pernambuco a ceder o direito de uso dos imóveis que indica, e dá outras providências), em regime de urgência,relatoria do Deputado Vinícius Labanca, foi aprovado à unanimidade;Projeto de Lei Ordinária nº 1195/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Altera a Lei nº 14.319, de 27 de maio de 2011, que dispõe sobre o Prêmio de Defesa Social – PDS, no âmbito do Estado de Pernambuco, e dá outras providências),regime de urgência,relatoria do Deputado Waldemar Borges, foi aprovado à unanimidade; Projeto de Lei Ordinária nº 1202/2012, de autoria do Deputado João Fernando Coutinho (Ementa: Denomina de Rodoviária Estadual Juiz Múcio Aguiar, o Terminal Rodoviário Estadual, localizado no município de Palmares), relatoria do Deputado Daniel Coelho, foi aprovado à unanimidade;Projeto de Lei Ordinária nº 1214/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Institui o Programa Irrigação para Todos, no âmbito do Estado de Pernambuco, e dá outras providências), em regime de urgência,relatoria Deputado Ângelo Ferreira , foi aprovado à unanimidade; Projeto de Lei Ordinária nº 1219/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Prorroga o prazo de vigência da alíquota do ICMS incidente nas operações com veículos automotores novos), em regime de urgência,relatoria do Deputado Antônio Moraes, foi aprovado à unanimidade; Projeto de Lei Ordinária nº 1220/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Institui o Sistema de Transferência de Recursos Financeiros do Fundo Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente aos respectivos Fundos Municipais, e altera a Lei nº 10.973, de 17 de novembro de 1993, e dá outras providências), em regime de urgência,relatoria do Deputado Aluísio Lessa, foi aprovado à unanimidade; Projeto de Lei Ordinária nº 1227/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Altera a Lei nº 14.768, de 27 de setembro de 2012, que institui o Chapéu de Palha – Emergencial de Estiagem, e dá outras providências)em regime de urgência, relatoria do Deputado Ângelo Ferreira. Na ausência, foi designado para relatar o Deputado Waldemar Borges, qu o aprovou à unanimidade dos Deputados;Projeto de Resolução nº 1148/2012, de autoria do Deputado Guilherme Uchoa (Ementa: Concede o Título de Cidadão Pernambucano a Thomas Wülfing),relatoria da Deputada Teresa Leitão,na ausência, foi designado para relatar o Deputado Tony Gel , que o aprovou à unanimidade;Substitutivo nº 01/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Substitui o Projeto de Lei Complementar nº 1.174, de 6 de novembro de 2012, que fixa novos valores de vencimento base dos cargos públicos que indica), ao Projeto de Lei Complementar nº 1174/2012, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Fixa novos valores de vencimento base dos cargos públicos que indica, e dá outras providências), em regime de urgência,relatoria do Deputado Aluísio Lessa, foi aprovado à unanimidade.Por fim, deu por encerrada a reunião e marcou a próxima reunião para o dia quatro do mês de dezembro do ano de dois mil e doze às nove horas da manhã. Do que, para constar, eu, Paulo Roberto Fernandes Pinto Júnior, Procurador e Assessor Jurídico desta Comissão Técnica, lavrei a presente ata, que vai por todos assinada, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas.

DEPUTADO RAIMUNDO PIMENTEL
PRESIDENTE

TITULARES:
DEPUTADO ÂNGELO FERREIRA
DEPUTADO ANTÔNIO MORAES

DEPUTADO DANIEL COELHO
DEPUTADO SÍLVIO COSTA FILHO
DEPUTADA TERESA LEITÃO

SUPLENTE:
DEPUTADO ALUÍSIO LESSA
DEPUTADO BETINHO GOMES
DEPUTADO TONY GEL
DEPUTADO ZÉ MAURÍCIO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 09 DA COMISSÃO DE CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS, REALIZADA NAS DEPENDÊNCIAS DO AUDITÓRIO, 6º ANDAR, ANEXO I, DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, DIA 04 DE DEZEMBRO DE 2012, ÀS 09:00 HORAS. TEMA: “Planos de Saúde e o atendimento aos Direitos dos Usuários”.

Aos quatro dias do mês de dezembro de dois mil e doze, mediante convocação publicada no Diário Oficial do Estado, em 04 de dezembro de 2012, reuniram-se os integrantes da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos, da Assembleia Legislativa para em Audiência Pública discutir sobre “Planos de Saúde e o atendimento aos Direitos dos Usuários” atendendo a requerimento do Deputado Rodrigo Novaes e com a presença dos Deputados Sérgio Leite e José Humberto Cavalcanti. O Deputado Betinho Gomes, presidente desta Comissão, abriu os trabalhos saudando os presentes e em seguida, convidou para compor a mesa, o Dr. José Rangel, representante do PROCON, a Dra. Cristina Sakaki, representando a Defensoria Pública, a Dra. Mônica Gusmão, representando a ADUSSEPS, o Sr. Mário Fernandes Lins, representando o SIMEPE e o Dr. Luiz Mário Moutinho, representando o TJPE. Composta a mesa, o Sr. Presidente concedeu a palavra ao Deputado Rodrigo Novaes, autor do Requerimento, que se manifestou com indignação em relação aos contratos dos Planos de Saúde, falou sobre o relatório do Procon acerca de denúncias da má prestação de serviços e que apesar de não atender de forma eficaz à população, tem havido aumento de demanda e as operadoras de plano de saúde, não tem acompanhado o crescimento da demanda. Ressalta a dificuldade em marcar consulta, em realizar exames e do número restrito de unidades de terapia intensiva nos hospitais. Em seguida, a palavra foi concedida ao Dr. José Rangel que cumprimentou a todos e registrou, parabenizando a ALEPE pelas ações em defesa da dignidade humana. Informou aos presentes que representou o PROCON em reunião, no Congresso Nacional sobre Planos de Saúde, juntamente com os outros PROCONs estaduais. A ideia não é crucificar qualquer pessoa da agência reguladora ou de qualquer operadora. Ressaltou que há dificuldade para marcação de consultas, realização de exames, acesso a leitos de UTI, entre outros e que mesmo pagando pela saúde suplementar o cidadão às vezes precisa recorrer ao SUS. Denunciou a ausência de UTI infantil e a ausência de preparo e compromisso das operadoras para com os segurados. Denunciou ainda que a ANS não realiza seu papel a contento, pois não está cobrando o bom serviço das operadoras. Registrou que as operadoras vendem mais planos que sua capacidade de atendimento, deixando o usuário sem a garantia da prestação do serviço de forma adequada, deixando-o vulnerável no que diz respeito a seu bem mais precioso que é a vida. Informa que diariamente recebe no PROCON pessoas desesperadas em busca de seus direitos e o PROCON vai até as operadoras pressionando-as para que cumpram seu papel. Por ultimo, lamentou a ausência das operadoras na presente audiência, o que seria um espaço para que justificassem sua conduta. Pela ordem, o Sr. Presidente concedeu a palavra ao Sr. Mário Fernandes Lins, que iniciou parabenizando pela iniciativa e afirmou que estão tentando equilibrar o sistema entre as partes envolvidas. Disse que o mercado é bastante amplo e que existem cerca de 1.187 operadoras em funcionamento. Quanto à prática de desmarcação de consultas e de exames afirmou que as operadoras assim procedem, à revelia do médico assistente. Entende que a ANS não cumpre seu papel no sentido de dar garantias e defender as prerrogativas dos usuários. Lembrou da falência da ADMED deixando muitos usuários desprotegidos e mais recentemente da Ideal Saúde, diz que são exemplos de operadoras que vendem o que não dispõem. Crítica a fórmula das carências, onde no primeiro ano, o usuário paga sem ter acesso à totalidade dos serviços. Aproveitou para falar também sobre a necessidade de proteger os interesses dos médicos, vez que também são prejudicados. Muitas vezes prestam o serviço sem o recebimento dos honorários que por falta de reajustes ficou muito defasado. Pediu encerrando sua participação que a ALEPE intercedesse para que os corretores não ficassem com a primeira parcela paga, a chamada taxa de adesão, mas recebessem comissões, a exemplo de outras profissões. Em seguida, a palavra foi concedida ao Dr. Luiz Mário Moutinho, representando o TJPE. O mesmo iniciou saudando os presentes e agradecendo o convite. Informou que os juizes pernambucanos têm julgado com celeridade as ações concernentes aos Planos de Saúde, do que a liberação de medicamentos pelas operadoras. Disse que a prestação dos serviços das operadoras, é regido através de contratos, o que não invalida que esta Casa legislativa discuta a matéria, de interesse de todos os pernambucanos. Falou da articulação entre as operadoras, especialmente em relação a questões econômicas e que como os consumidores são desarticulados é necessária a intervenção do Estado no sentido de que prestem um bom serviço. Sugeriu a criação de cargos públicos, a serem investidas pessoas através de concurso para ocupar as funções dentro dos PROCONs. Reconhece como importante o trabalho do PROCON, mas entende que com a investidura através de concurso, o desempenho seria melhor, sem solução de continuidade com as mudanças de governo.

Informou que atualmente o Presidente da ANS é ex-diretor de plano de saúde o que inviabiliza que fiscalize com o devido rigor uma empresa da qual tenha feito parte. Informa que em Pernambuco não existe ação civil pública contra operadoras de plano de saúde, quer seja por parte do Ministério Público, da Defensoria e/ou do PROCON. Sugeriu a criação de uma Comissão específica para ações coletivas, no âmbito de Pernambuco, para atender os médicos, os segurados, as operadoras e os hospitais. Retomando a palavra, o Sr. Presidente, Deputado Betinho Gomes disse que as sugestões são bem vindas. Lembrou que a partir de uma discussão como esta surgiu a iniciativa da criação da CPI da telefonia móvel e que com as contribuições dadas na presente audiência é possível que se faça o mesmo com as operadoras dos planos de saúde. O Deputado Rodrigo Novaes ressaltou que para tomar quaisquer providências será levado em conta as competências desta Casa Legislativa. Falou inclusive que requereu a criação de uma Comissão de Defesa do Consumidor no âmbito desta ALEPE e que seu requerimento se encontra em tramitação. Concluindo, registrou que apesar de convidado, o Ministério Público não se fez presente a esta audiência. Dr. José Rangel esclareceu que o PROCON não dispõe de quadro próprio e que isto é bom. Falou sobre a descentralização do órgão e a criação de cargos de carreira. Informou que o PROCON não é uma fábrica de multas, que age sempre pautado na ética e na coerência. Em seguida, a palavra foi concedida à Dra. Cristina Sakaki que cumprimentou a todos e informou que a Defensoria conseguiu aumento do orçamento e que o papel institucional da Defensoria é defender o economicamente desfavorecido. Informou que a Defensoria pernambucana foi pioneira na criação de um Fórum de saúde suplementar e tal feito foi seguido pelos demais estados da federação. Disse que a primeira iniciativa da defensoria é no sentido de tentar conciliar o interesse das partes e que não sendo possível a conciliação busca a prestação jurisdicional. Cita como exemplo o cumprimento da RN 259, que obriga as operadoras a fornecer sua rede credenciada e às vezes basta um simples telefonema e as questões são resolvidas. Falou que o problema mais grave se dá junto aos idosos, pois estes, em regra utilizam mais o plano de saúde. Falou sobre a portabilidade e o posicionamento da justiça em garantir que o usuário não cumpra nova carência. Em seguida e pela ordem, a palavra foi concedida a Dra. Sílvia Costa Carvalho, corregedora do CREMEPE que cumprimentou a todos e falou das dificuldades da relação entre os médicos e as operadoras. Crítico a ANS por não informar aos usuários a capacidade para prestação de serviços de diversas operadoras e ainda de não adotar providências em relação à operadoras que praticam preços aviltantes e que certamente não conseguem prestar o serviço para o qual foram contratadas. Em seguida, a palavra foi concedida à Dra. Mônica Gusmão, advogada da ADUSSEPS que informou ser de grande tamanho a luta para que as operadoras atendam os usuários para o que foram contratadas. Questionou a ausência de usuários nesta audiência. Falou na negativa de liminares por parte dos tribunais. Falou de seu desejo que as determinações judiciais fossem cumpridas e que as multas fossem mais severas para obrigar os planos a cumprir as decisões. Nesta oportunidade, o Sr. Presidente registra a chegada do Deputado Odacy Amorim, que cumprimentou a todos e citou exemplo pessoal, onde sua esposa teve receitada uma determinada medicação que foi recusada pelo plano de saúde, em desrespeito à prescrição médica. A sociedade para coibir esta prática abusiva precisa e conta com o Poder Judiciário. Por fim, sugere que os juizes apliquem multas mais pesadas para coibir esta prática. O Dr. Luiz Mário Moutinho esclareceu as questões referentes à aplicação das multas processuais. Não devem ser altas e não serem pagas, mas não devem ser irrisórias e não fazer cumprir a decisão. Falou que no devido processo legal, as partes tem de ser respeitadas e assim também o processo. Inscrito, o Usuário Carlos de Alcântara Rodrigues disse que é cliente do Ideal Saúde e que precisa fazer uma cirurgia de hérnia que veio a ser negada pela operadora. Procurou a Defensoria que ingressou com a ação competente que se encontra sem andamento há três meses, em razão das férias do juiz titular e da ausência de juiz substituto. Disse que não conseguiu exercer seu direito à portabilidade porque nenhum outro plano o recebeu. Aparteando, o Dr. Luiz Mário Moutinho falou sobre o juiz natural e de que nenhum outro magistrado teria competência para funcionar no processo daquele. Sugeriu que o denunciante levasse o caso ao conhecimento da Corregedoria e que a Defensoria acompanhasse mais de perto o desenvolvimento processual. A Defensora Cristina Sakaki disse que o Denunciante estava sendo bem atendido pela Defensoria e que esta acompanharia o processo até seu encerramento e aproveitou para demonstrar com este exemplo as dificuldades dos pacientes/usuários. O Sr. Carlos Rodrigues retomou a palavra acrescentando que o médico conveniado ao plano também se recusara a realizar sua cirurgia em razão de que a operadora lhe devia honorários e que o último pagamento realizado fora feito através de cheque sem fundos. O Dr. Rangel do PROCON, disse que existe uma responsabilidade direta por parte da ANS e que há um descaso da mesma para com os usuários. A ANS se nega a cumprir seu papel institucional. Concluiu falando que o consumidor quando busca a tutela de um bem material, as coisas tem que ser vistas de forma diferente quando o que se persegue é o direito à vida e que esta não tem preço. Em seguida, o Sr. Aurélio Ribeiro lembrou aos presentes que em 2005 foi lançada uma cartilha de fiscalização financeira e de controle, que orienta o cidadão a cobrar e fiscalizar o estado. Em seguida, o Deputado Rodrigo Novaes fez suas considerações finais dizendo que o debate foi muito proveitoso. Lembrou que em Pernambuco existem 1.200.000 usuários de plano de saúde com mais de trinta operadoras atuando o que em parte dificulta uma intervenção mais concreta. Não havendo mais inscritos e considerando o adiantado da hora, o Sr. Presidente, Deputado Betinho Gomes deu por encerrada a presente Audiência, agradeceu a presença de todos. E, para que tudo conste em registro, foi lavrada e digitada esta Ata, que será posteriormente

aprovada, assinada e publicada, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas.

Recife, 04 de dezembro de 2012.	
Deputado Betinho Gomes Presidente da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos	
Deputado Sérgio Leite Membro Titular	Deputado José Humberto Cavalcanti Membro Titular
Deputado Manoel Santos Membro Suplente	Deputado Sérgio Leite Membro Titular

ATA DA VISITA Nº 02 DA COMISSÃO DE CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS, REALIZADA NAS DEPENDÊNCIAS DA FUNASE DE ABREU E LIMA, DIA 04 DE DEZEMBRO DE 2012, ÀS 10:00 HORAS.

Aos quatro dias do mês de dezembro de dois mil e doze, mediante convite do Deputado Betinho Gomes, foi realizada visita à FUNASE, unidade localizada no Município de Abre e Lima, com a presença do Sr. Presidente, Deputado Betinho Gomes, Deputado Manoel Santos, do Deputado Sílvio Costa Filho, do Dr. Josenildo Santos, Promotor da 39ª Promotoria da Infância e Juventude, da Sra. Wilma Melo, Membro do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos e do Movimento Nacional de Direitos Humanos, da Sra. Maria da Conceição, Presidente do Associação dos Conselheiros e Ex-Conselheiros Tutelares de Pernambuco, do Sr. Astrogildo José de Lima, representando a Associação dos Conselheiros Tutelares da Região Metropolitana; dos advogados Eduardo Paysan e Vanja de Melo, ambos representantes do CENDHEC; do Dr. Rodrigo Deodato, Coordenador Executivo do GAJOP e do Dr. Eduardo Sá Carneiro, representando o GAJOP, da Sra. Jaciara Arruda, representando o Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente, do Dr. Eutácio Borges, Gerente Técnico da Secretaria da Criança e da Juventude, do Dr. Alberto Vinícius, Presidente da FUNASE, das Conselheiras Tutelares de Abreu e Lima, Sra. Ednalba Silvestre e Sra. Sandra Regina. A motivação desta visita foi a rebelião ocorrida naquela unidade onde restou morto um interno e outros adolescentes feridos. Esta rebelião teve grande repercussão na imprensa local e causou grande indignação entre as instituições que tratam da garantia de direitos, o que motivou o Sr. Presidente desta Comissão de Cidadania e Direitos Humanos a articular a presente visita, com as instituições acima relacionadas. A visita foi realizada sem intercorrências, os visitantes conduzidos pelo coordenador da unidade aos diversos pavilhões e espaços o que permitiu a formação da convicção de que a unidade não atende aos requisitos mínimos regulamentados pelo SINASE. Foi informado que o ano letivo está suspenso, que no local chamado de quadrado, na Ala 6 e 12 ficam os internos considerados mais violentos, que na Ala 13 estão os internos que correm risco de vida. Segundo alguns internos, eles apanham constantemente de barrote dos Agentes Socioeducativos e que são obrigados a participar das rebeliões. Referem que às vezes a alimentação é servida azeda e que a rebelião ocorreu por conta dos maus tratos sofridos e não por briga interna como divulgado. Que apanham até quando vão para a escola. Que existe um interno que há três dias está doente e os agentes socioeducativos fazem descao, não o encaminhando para as providências relativas à saúde do mesmo. Na Ala dos jurados de morte (Ala 12), os internos disseram que a rebelião ocorreu por briga dos próprios internos que ficam no quadrado e não por conta de tratamento dos agentes, que quando há rebelião os agentes liberam primeiro os internos desta Ala, que na maioria das vezes são levados para o CREED. Que no dia da rebelião só tinham 03 agentes na área, segundo eles, preferem os agentes antigos aos novatos, pois estes não sabem como agir num momento de rebelião. Para eles, se os agentes trabalhassem com armas não letais seria mais rápido conter uma rebelião, pois a última rebelião foi deflagrada por apenas seis internos. Cobraram a revisão dos tempos de internamento, bem como mais segurança para eles, relatando que o adolescente que assassinaram estava na Ala 6 (ala também dos jurados de morte). Relatam ainda que tem medo até de dormir e que a qualquer momento pode estourar uma rebelião, até mesmo no dia de visita. Disseram que o batalhão de choque demorou a chegar e que foram eles que ajudaram aos agentes a tentar conter a rebelião. Já os internos da Ala 10 reivindicaram por visita conjugal e repetiram o que os internos da ala 12 e do quadrado disseram: que a rebelião deu-se por causa dos maus tratos sofridos. Que o tenente-coronel manda os agentes baterem neles e jogar fora as comidas que as visitas trazem, além de rasgarem as roupas deles. Que em determinado plantão os agentes trabalham com barrote para bater neles. Disseram ainda que estão sem aula há mais de 1 ano e que às vezes tem curso para fazer e que tem adolescente necessitando de atendimento médico e os agentes não os encaminham. Em seguida os agentes socioeducativos foram ouvidos, disseram que os princípios da ampla defesa e do contraditório não eram cumpridos, tudo era resolvido de forma unilateral, que eles são no total de 17, que tem plantão com 04 agentes e outro com apenas 03 agentes e que os internos sabem disso e acabam escolhendo o plantão mais fragilizado para fazer rebelião. Questionam o valor do salário que é de R\$ 925,00 (novecentos e vinte e cinco reais) bruto, que não há treinamento ou curso de formação para os agentes e que a alimentação é a mesma dos internos, ou seja, ruim. Foram visitadas ainda a área externa, ambulatório, refeitório, enfermaria e setor administrativo que estava todo destruído. Ao término da visita, o Sr. Presidente, Deputado Betinho Gomes informou que a Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Pernambuco iria acompanhar as ações a serem implantadas no Centro de Atendimento Socioeducativo (CASE) da FUNASE de Abreu e Lima, como também a do Cabo de Santo Agostinho. Informou que a normalidade estava sendo restabelecida e que iria acompanhar como será recomposta a estrutura daquela unidade que a

Comissão irá solicitar informações à Secretaria Estadual da Juventude para saber quais providências serão tomadas. Concluiu dizendo que a FUNASE vem de um modelo falho de ressocialização, que precisa urgentemente de uma reformulação de acordo com o estabelecido pelo SINASE. Disse que a Comissão de Cidadania e Direitos Humanos iria elaborar um relatório com fotos e relatos dos internos e dos funcionários e cobrar do Governo as ações, principalmente a criação de novas unidades, pois a superlotação existente é um problema vivenciado não só no CASE de Abreu e Lima, que foi projetado para receber 98 adolescentes e hoje tem 234, como no também no Cabo de Santo Agostinho onde também ocorre superlotação. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a presente visita, cuja ata foi lavrada e digitada e vai por todos assinada sem emendas, rasuras ou ressalvas.

Recife, 04 de dezembro de 2012.	
Deputado Betinho Gomes <i>Presidente da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos</i>	
Deputado Sérgio Leite Membro Titular	Deputado Manoel Santos Membro Suplente
Deputado Manoel Santos Membro Suplente	Deputado Sérgio Leite Membro Titular

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 10 DA COMISSÃO DE CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS, REALIZADA NAS DEPENDÊNCIAS DO PLENARINHO III, 2º ANDAR, ANEXO I, DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, DIA 06 DE DEZEMBRO DE 2012, ÀS 14:00 HORAS. TEMA: “Dia da Declaração Universal dos Direitos Humanos e lançamento do livro Mediação de Conflitos, Direitos Humanos e Acesso à Justiça”.

Aos seis dias do mês de dezembro de dois mil e doze, mediante convocação publicada no Diário Oficial do Estado, em 05 de dezembro de 2012, reuniram-se os integrantes da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos, da Assembleia Legislativa para em Audiência Pública comemorar o “Dia da Declaração Universal dos Direitos Humanos e lançamento do livro Mediação de Conflitos, Direitos Humanos e Acesso à Justiça”, com a presença dos Deputados Sérgio Leite e José Humberto Cavalcanti. O Deputado Betinho Gomes, presidente desta Comissão, abriu os trabalhos saudando os presentes e em seguida, convidou para compor a mesa, o Dr. Rodrigo Deodato, Coordenador do Gajop, Dra. Valdênia Brito Monteiro e Dra. Kelly Regina Santos, ambas Organizadoras do livro do Gajop, Professor Antônio Noronha Branco, membro da Paróquia do Pina, Dr. Paulo Moraes, Secretário Executivo de Justiça e Direitos Humanos, Dr. André Carneiro Leão, Defensor Público da União, Sra. Sálvea Campelo, Conselheira do Conselho Regional de Serviço Social, Dr. Eduardo Paysan, Advogado do CENDHEC, Sra. Cibele Lopes, Ouvidora da Secretaria de Direitos Humanos e Desenvolvimento Social, Sra. Tanany Reis, representando a Casa de Justiça e Cidadania – TJPE, Dr. José Victor, Advogado do DER/PE e Dra. Ana Célia de Lima, Coordenadora do Gajop. Composta a mesa, o Sr. Presidente disse que esta audiência pública tem por objetivo comemorar com as autoridades e representantes da sociedade organizada o dia Internacional dos Direitos Humanos e avaliar as ações de inclusão social e sua repercussão nas políticas públicas, em relação ao cumprimento da Declaração Universal dos Direitos Humanos em nosso Estado. Que na ocasião também seria lançado o livro “Mediação de Conflitos, Direitos Humanos e Acesso à Justiça” de autoria do GAJOP, instituição que presta relevantes serviços na área de justiça e segurança, contribuindo com ações diretas, capacitação de novos quadros e reflexões para uma mudança de paradigma em relação às violações de direitos e a preparação da sociedade para bem exercer sua cidadania. Para tanto, foram convidados a participar várias instituições e da sociedade civil organizada, órgãos públicos, personalidades e a imprensa pernambucana. Em seguida passou a palavra para o Dr. Rodrigo Deodato, que cumprimentou a todos, saudou a mesa na pessoa do Deputado Betinho Gomes e do Dr. Paulo Moraes. Disse que o momento era muito importante, pois a Casa estava comemorando o dia Universal dos Direitos Humanos, o qual é comemorado no dia 10/12. Falou que Direitos Humanos é a história de nossas vidas, que o Gajop ao longo de sua existência buscou a tutela dos Direitos Humanos, a defesa dos desassistidos. Explicou que o livro trata de mediação de conflito, sendo esta uma proposta de modificação de cultura para diminuir a violência, pautando no diálogo, na conciliação. Informou que o livro foi organizado por pesquisadores do Gajop, com a colaboração da sociedade, através de suas experiências. Explicou a composição do livro, que foi feito por várias mãos, o que proporcionou uma maior proximidade com a comunidade, principalmente com as comunidades do Recife, Olinda e Paulista. Agradeceu a todos pela colaboração para construção do livro, assim como a Comissão de Cidadania e Direitos Humanos pela oportunidade. Em seguida a palavra foi concedida à Dra. Valdênia Brito, que cumprimentou a todos, explicou que o livro foi dividido em duas partes: a primeira trata-se da teoria, com a participação da Universidade, CENDHEC e União Europeia; já a segunda parte aborda as experiências do Gajop na área de mediação coletiva e da Universidade Federal da Paraíba. Disse que a ideia do livro surgiu da necessidade de construir e sistematizar teoricamente as experiências, buscando um novo conceito sobre mediação de conflitos, com a experiência no acesso à justiça. Informou que até agosto de 2013 será lançado o 2º livro, com a colaboração de alunos da UNICAP e da UNIVERSO. Em seguida a palavra foi da Dra. Kelly Regina Santos, que cumprimentou a todos, ratificou que a ideia do livro surgiu para se fazer analogia entre teoria e prática, com uma nova ideia sobre mediação de conflito e acesso à justiça. Em seguida a palavra foi do Prof. Antônio Noronha, que cumprimentou a todos. Falou um pouco de sua experiência

profissional, desde o início na área de mediação de conflitos, que gostou bastante, onde conheceu o Gajop e então pôde adquirir mais conhecimento em outras áreas. Disse que atualmente é integrante da equipe de mediação de conflitos do Gajop, trabalho bastante gratificante, onde pode conhecer várias comunidades, principalmente as mais pobres e isso era a recompensa. Em seguida a palavra foi do Dr. Paulo Moraes, que cumprimentou a todos, disse que era uma satisfação comemorar essa data e principalmente com o lançamento do livro. Falou que o tema Mediação de Conflitos era muito importante e tem sido bastante debatido. Parabenizou o Gajop pelo lançamento do livro e pelos 31 anos de trabalhos prestados em benefício da sociedade. Prosseguindo a palavra foi concedida ao Dr. André Carneiro Leão, que cumprimentou a todos, parabenizou o Gajop pela construção e lançamento do livro. Disse que a Defensoria Pública se identificava com Direitos Humanos, Mediação de Conflitos e Acesso à Justiça e que as comunidades e sua Instituição tinham muito que aprender com o Gajop. Lamentou o fato de as faculdades de direito não oferecerem em sua grade curricular a disciplina de direitos humanos, com ressalvas para a UNICAP que no próximo ano irá oferecer a disciplina, mesmo que de forma eletiva. Em seguida a palavra foi do Dr. Eduardo Paysan, que cumprimentou a todos, falou da parceria do CENDHEC em defesa dos Direitos Humanos. Disse que a luta dos defensores dos Direitos Humanos é uma luta contra preconceitos, discriminação e violência. Para ele, deveriam haver mais espaços para os Direitos Humanos, para que a sociedade pudesse refletir e progredir culturalmente. Frisou que não devemos deixar de nos indignar com as violações de Direitos Humanos. Disse ainda que o atual desafio do CENDHEC era incorporar novas práticas na área da criança e do adolescente, como medidas protetivas, reflexivas, busca da reparação do dano causado e práticas de justiça restaurativa. Em seguida o Sr. Presidente, Deputado Betinho Gomes disse que a Comissão de Cidadania e Direitos Humanos estava à disposição da sociedade, e deu por encerrada a presente Audiência, agradeceu a presença de todos. E, para que tudo conste em registro, foi lavrada e digitada esta Ata, que será posteriormente aprovada, assinada e publicada, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas.

Recife, 06 de dezembro de 2012.	
Deputado Betinho Gomes Presidente da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos	
Deputado Sérgio Leite Membro Titular	Deputado José Humberto Cavalcanti Membro Titular
Deputado Manoel Santos Membro Suplente	Deputado Sérgio Leite Membro Titular

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 14 DA COMISSÃO DE CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS, REALIZADA NAS DEPENDÊNCIAS DO PLENARINHO II, 5º ANDAR, ANEXO I, DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2012, ÀS 11:00 HORAS, PAUTA: DISCUSSÃO DE PROJETOS.

Aos 11 (onze) dias do mês de dezembro do ano de 2012, às 11:00 horas, no Plenarinho II, 5º andar desta Assembleia Legislativa, reuniram-se o **Deputado Betinho Gomes**, Presidente da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos; **Deputado Sérgio Leite**, **Deputado José Humberto Cavalcanti**, ambos membros titulares deste Colegiado Técnico. Em seguida o Sr. Presidente discutiu os seguintes Projetos: **1. Substitutivo 01/2012 de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça ao Projeto de Lei Ordinária nº. 1026/2012** de autoria do Deputado Ricardo Costa (Ementa: Altera integralmente a redação do Projeto de Lei Ordinária nº 1026/2012), **Relator:** Deputado José Humberto Cavalcanti, aprovado a unanimidade dos Deputados; **2. Substitutivo 01/2012 de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça ao Projeto de Lei Ordinária nº. 1085/2012** de autoria do Deputado Ricardo Costa (Ementa: Altera integralmente a redação do Projeto de Lei Ordinária nº 1085/2012), **Relator:** Deputado Betinho Gomes, aprovado a unanimidade dos Deputados; **3. Substitutivo 01/2012 de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça ao Projeto de Lei Ordinária nº. 1103/2012** de autoria do Deputado Ricardo Costa (Ementa: Altera integralmente a redação do Projeto de Lei Ordinária nº 1103/2012), **Relator:** Deputado Sérgio Leite, aprovado a unanimidade dos Deputados; **4. Projeto de Lei Complementar nº 1210/2012** , de autoria do Poder Executivo (Ementa: Dispõe sobre a criação do cargo que indica, fixa sua remuneração, e dá outras providências), **Relator:** Deputado Betinho Gomes; **5. Projeto de Lei Ordinária nº 1027/2012**, de autoria do Deputado Ricardo Costa (Ementa: Dispõe sobre afixação de cartaz por parte dos Cartórios de Registro Civil sobre gratuidade de emolumentos pelo Registro Civil, assento de óbito e certidões, nos termos que especifica), **Relator:** Deputado Betinho Gomes, aprovado a unanimidade dos Deputados. Aditado a pauta sendo distribuída e discutida o **Projeto de Resolução nº1239/2012**, de autoria do Deputado Sílvio Costa Filho (Ementa: Concede o Título Honorífico de cidadão pernambucano a Sergio dos Santos), **Relator:** Deputado Betinho Gomes, foi aprovado a unanimidade dos Deputados. Nada mais havendo a tratar, o **Presidente** agradeceu a presença de todos, encerrando a presente Reunião Ordinária. E, para que tudo conste em registro, foi lavrada e digitada esta Ata, que será posteriormente aprovada, assinada e publicada, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas.

Recife, 11 de dezembro de 2012.	
Deputado Betinho Gomes Presidente da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos	
Deputado Sérgio Leite Membro Titular	Deputado José Humberto Cavalcanti Membro Titular
Deputado Manoel Santos Membro Suplente	Deputado Sérgio Leite Membro Titular

Deputado Sérgio Leite Membro Titular	Deputado José Humberto Cavalcanti Membro Titular
Deputado Manoel Santos Membro Suplente	Deputado Sérgio Leite Membro Titular

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 07 DA COMISSÃO DE CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS, REALIZADA NAS DEPENDÊNCIAS DO AUDITÓRIO, 6º ANDAR, ANEXO I, DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, DIA 12 DE NOVEMBRO DE 2012, ÀS 09:00 HORAS. TEMA: LANÇAMENTO DO DIÁLOGOS – FÓRUM DA DIVERSIDADE RELIGIOSA EM PERNAMBUCO.

Aos doze dias do mês de novembro de dois mil e doze, mediante convocação publicada no Diário Oficial do Estado, em 09 de novembro de 2012, reuniram-se os integrantes da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos, da Assembleia Legislativa para em Audiência Pública discutir sobre intolerância religiosa e formalizar a adesão à carta de princípios do Fórum da Diversidade Religiosa em Pernambuco - DIÁLOGOS. O Mestre de Cerimônia convidou para compor a mesa o Deputado Betinho Gomes; Dr. Westei Conde, Promotor da 7ª Promotoria de Direitos Humanos de Pernambuco; Lama Padma Samten, representando Budismo Tibetano; Manoel Papai, representando Candomblé; Rev. Maruilson Souza, representando Exército de Salvação; Ednar Santos, representando a Federação Espírita de Pernambuco; Emília Kohlman Rabboni, representando Fé Bahá ‘í; Amogha Dristh Das, representando Hare Krishna; Rev. Maurício Amazonas, representando Igreja Anglicana; Frei Tito, representando Igreja Católica Romana; Rev. Rubens Sales, representando Igreja Tenrikyo; Prof. Jáder Tachlitsky, representando a Federação Israelita de Pernambuco; Elza Maria Torres da Silva, representando Jurema; Sra. Andréa Xavier, representando Religião de Deus; Ana Elisabete Amorim, representando Umbanda. Em seguida foi apresentado um vídeo sobre o tema e após a exibição do mesmo o Dr. Westei Conde, usando da palavra, falou sobre as questões atinentes à intolerância religiosa, dos passos que foram dados para chegar à constituição do Fórum Diálogos e encerrando, agradeceu à Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Alepe em abrigar a institucionalização do Fórum Diálogos. Falou sobre a intolerância religiosa sofrida pelas religiões, embora a Constituição Federal assegure liberdade de credo, razão pela qual, o Estado tem que garantir e proteger os direitos dos cidadãos, para que estes possam expressar sua religião. Neste sentido, o Fórum Diálogos está sendo instituído para que, a partir dele, todos possam expressar seguramente sua religião. Disse que a ideia não era converter ninguém para outra religião, mas que qualquer pessoa possa expressar sua religião de forma livre. Finalizou apresentando a Carta de Princípios. Em seguida a palavra foi concedida ao Lama Padma Samten, que saudou a todos e agradeceu a oportunidade de participar do evento e teceu considerações sobre a liberdade religiosa. Em seguida o Sr. Manoel Papai disse que o momento era muito bom para Pernambuco e para as diversas religiões, ressaltando o caminho percorrido até este momento. Prosseguindo, a palavra foi concedida ao Sr. Maruilson Souza, que disse ser uma alegria participar desse Fórum, que Deus é o Deus de todos e não de uma determinada religião. Logo após a palavra foi concedida à Sra. Ednar Santos, que afirmou que os espíritas se sentiam honrados em participar do Fórum. Que o espiritismo prega a paz e está alinhado com todas as religiões. Que a sociedade tem que pregar a paz, a caridade e sempre adorar a Deus. Desejou que a partir desse Fórum todos fossem mais irmãos. Prosseguindo a Sra. Emília Kohlman Rabboni, parabenizou o Ministério Público de Pernambuco pela iniciativa, pois este Fórum mostra que a humanidade está aberta ao diálogo. Disse que o primeiro princípio do Bahala é acabar com o preconceito e a desigualdade e que o segundo princípio é a consulta, e que a sociedade não deve ter apego apenas à sua própria opinião, devendo também ouvir o próximo e unir-se em busca da paz. Em seguida o Sr. Amogha Dristh Das agradeceu ao Fórum em nome da sociedade Hare Krishna, evidenciando que esta sociedade da qual faz parte, sempre prega a paz e a igualdade. Prosseguindo o Rev. Maurício Amazonas, representando a Igreja Anglicana agradeceu a oportunidade em participar do Fórum, disse que todos são iguais e livres para expressar e adotar a crença que quiser, conforme preceitua o art. 5º da Constituição Federal. Falou das práticas que a Igreja adota e que essa liberdade tinha que ser respeitada, uma vez que o Estado é laico e a nação é religiosa. Em seguida a palavra foi concedida ao Frei Tito que cumprimentou a todos e disse que o Arcebispo agradeceu o convite e pediu desculpas por não poder participar. Falou que a sociedade está vivendo uma intolerância religiosa e que a durante muitos anos a Igreja Católica não discutia esse tema e que atualmente já podemos admitir e entender a diversidade religiosa, uma vez que quem conduz a Igreja é o espírito de Deus. Frisou que é necessário o diálogo ecumênico e o diálogo interreligioso. Para ele, dizer que não existe intolerância na Igreja é faltar com a verdade, por isso atualmente a Igreja admite e está mudando tal entendimento, conforme sugerido pelo Papa Bento XVI. Em seguida a palavra foi concedida ao Rev. Rubens Sales, que cumprimentou o Deputado Betinho Gomes por sediar na Assembleia Legislativa o nascimento do Fórum Diálogos. Cumprimentou a todos que acreditaram na realização do Fórum, uma vez que este busca combater a intolerância religiosa. Prosseguindo a Sra. Elza Maria Torres da Silva disse que a realização do Fórum é um feito histórico, pois garante e oportuniza o debate com diversas religiões. Lembrou que seus antepassados não puderam cultuar sua religião livremente e finalizou dizendo que pregava a paciência e que com paciência pode conquistar esse avanço que se consolida no Fórum. Em

Deputado **JOÃO FERNANDO COUTINHO**
Primeiro Secretário

(REPUBLICADO POR INCORREÇÃO)

PORTARIA Nº 284/12

O SUPERINTENDENTE GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o Requerimento Funcional nº 616708/2012 e Parecer da Procuradoria Geral nº 0579/2012
RESOLVE: Considerar licenciado para gozo de Licença Prêmio, no período de 01 (um) mês, retroagindo seus efeitos ao dia 1º de novembro do corrente ano, o servidor **WILDE DE SALES MENEZES**, do Quadro de Pessoal Permanente deste Poder, nos termos do Art.112, Parágrafo Único, da Lei nº 6.123/68 e Art. 1º, § 2º, inciso IV, da Lei Complementar nº 16/96.

Sala Austro Costa, 20 de dezembro de 2012.

MARCELO CABRAL E SILVA
Superintendente Geral

Escala de Férias

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PE
Superintendência de Recursos Humanos
Departamento de Desenvolvimento de Pessoal
Gerência de Cadastro de Pessoal

ESCALA DE FÉRIAS

A Superintendência de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições, por delegação do Exmo. Sr. 1º Secretário, faz publicar, nos termos do Ato nº. 468/89 do Presidente e, cumprindo o disposto no artigo 103 da Lei nº. 6123/68, a Escala de Férias dos servidores integrantes dos quadros de pessoal efetivo e comissionado da Assembleia Legislativa, na seguinte ordem:

MATR	NOME DO FUNCIONÁRIO	EXERCÍCIO	GOZO
0026574	ALDEMIR PEREIRA SIMOES FILHO	2011/2012	01/12/2012 a 30/12/2012
0000519	ANA REGINA FONSECA GASPARINI	2011	01/12/2012 a 30/12/2012
0024673	ANNA CHRISTINA MARINHO LINS SILVA	2011/2013	03/12/2012 a 01/01/2013
0026396	ANTONIO MACHADO DE SOUZA NETO	2011/2012	01/12/2012 a 30/12/2012
0000363	CARMEM SOLANGE COUTINHO	2013	01/12/2012 a 30/12/2012
0000536	CLAUDIA LINS DE ALBUQUERQUE MENDES	2012 2º período	01/12/2012 a 30/12/2012
0023556	CLAUDIO AUGUSTO SOLDA	2011/2013	15/12/2012 a 30/01/2013
0027140	CLEYDSON TAVARES DA SILVA	2011/2012	01/12/2012 a 30/12/2012
0000505	EDVALDO JOSE CORDEIRO DOS SANTOS	2012 2º período	01/12/2012 a 30/12/2012

0026143	EMANOEL ESTANISLAU GOUVEIA	2011/2012	01/12/2012 a 30/12/2012
0023634	EMMANUEL REI MARTINS DOS SANTOS	2011/2013	03/12/2012 a 01/01/2013
0026153	FELIPE PEREIRA DA SILVA	2011/2012	02/12/2012 a 31/12/2012
0026140	FREDERICO LUCAS DA SILVA XAVIER	2011/2013	03/12/2012 a 01/01/2013
0025940	GELVALUCE GOMES DA SILVA FONSECA	2011/2012	01/12/2012 a 30/12/2012
0000315	GILBERTO SOARES SILVA	2011	01/12/2012 a 30/12/2012
0026326	GILDO JOSE RAMOS	2011/2012	01/12/2012 a 30/12/2012
0027054	IGOR LUIS LINS TEIXEIRA	2011/2013	03/12/2012 a 01/01/2013
0026442	ISMAEL ANTÔNIO DE SANTANA	2011/2012	01/12/2012 a 30/12/2012
0023011	JAIR SANTOS DE OLIVEIRA	2011/2013	05/12/2012 a 03/01/2013
0026321	JEDSON TAFAREL PEREIRA DA SILVA	2011/2012	01/12/2012 a 30/12/2012
0023494	JOSE ANTONIO ALVES	2011/2012	01/12/2012 a 30/12/2012
0026627	JOSEFA DO CARMO VASCONCELOS	2011/2012	01/12/2012 a 30/12/2012
0000377	JOSENEIDE MARIA FLORENCIO DE OLIVEIRA	2011/2012	01/12/2012 a 30/12/2012
0026717	KEMPLER RAMOS BRANDAO REIS	2011/2012	01/12/2012 a 30/12/2012
0027040	LUANA TORRES LINS MARQUES	2011/2012	01/12/2012 a 30/12/2012
0027043	LUIZ CARLOS ORACIO DA SILVA	2011/2012	01/12/2012 a 30/12/2012
0026120	MANOEL CUSTODIO DE OLIVEIRA	2011/2013	03/12/2012 a 01/01/2013
0026096	MARCOS HENRIQUE DE LIRA E SILVA	2011/2012	01/12/2012 a 30/12/2012
0027067	MARCOS ROSBANY DOS SANTOS CARVALHO	2011/2012	01/12/2012 a 30/12/2012
0026505	MARCUS ANDRÉ NASCIMENTO DUCLERC	2011/2012	01/12/2012 a 30/12/2012
0024748	MARIA DA CONCEICAO FERREIRA LIMA	2011/2012	01/12/2012 a 30/12/2012
0023620	MARIA DAS GRACAS DE ARAUJO SALSAL	2011/2012	01/12/2012 a 30/12/2012
0026544	MARIA DO SOCORRO CATANHEDE	2011/2012	01/12/2012 a 30/12/2012
0026999	MARIA JOSE DA SILVA	2011/2012	01/12/2012 a 30/12/2012
0024830	MARIA MARILEIDE DA SILVA	2011/2012	01/12/2012 a 30/12/2012
0027115	MARLENE JOSE DOS SANTOS	2011/2012	01/12/2012 a 30/12/2012
0027137	MERCIA DE ARRUDA GONCALVES	2011/2012	01/12/2012 a 30/12/2012
0026097	MICHELY AMORIM FERREIRA	2011/2012	01/12/2012 a 30/12/2012
0027172	RACHEL DE LIMA SOBREIRA	2011/2013	08/12/2012 a 06/01/2013
0023195	RAIMUNDO DE LIMA ARAGAO	2011/2012	01/12/2012 a 30/12/2012
0026827	RICARDO CEZAR VALOIS DE ARAUJO FILHO	2011/2012	01/12/2012 a 30/12/2012
0024675	RINALDO MARQUES DE OLIVEIRA	2011/2013	03/12/2012 a 01/01/2013
0027055	ROBERTA DA SILVA MENDES	2011/2013	03/12/2012 a 01/01/2013
0026404	ROBERTA RODRIGUES SANTANA	2011/2012	01/12/2012 a 30/12/2012
0026498	SANDRA FRANCISCA DE CARVALHO CHAVES	2011/2012	01/12/2012 a 30/12/2012
0026459	SEVERINA MARIA DE CARVALHO	2011/2012	01/12/2012 a 30/12/2012
0027110	SOLANGE MARIA DA SILVA	2011/2013	03/12/2012 a 01/01/2013
0023784	THALES ETELVAN CABRAL OLIVEIRA	2011/2012	01/12/2012 a 30/12/2012
0026840	WALDINEY BEZERRA PASSOS	2011/2012	01/12/2012 a 30/12/2012
0023972	WALTER ARAGAO DE SOUZA FILHO	2011/2012	01/12/2012 a 30/12/2012

Em 6 de dezembro de 2012

EDSON BARROS DE OLIVEIRA
Gerente Cadastro Pessoal

DEBORA MARIA SANTOS PAES
Chefe Depto. Desenvolvimento Pessoal

SERGIO COUTINHO
Superintendente Recursos Humanos

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA



A CASA DE TODOS OS PERNAMBUCANOS

Folheie o Diário Oficial com apenas alguns cliques



Agora, você pode acompanhar, na íntegra, a versão digital do Diário Oficial do Estado. A Assembleia Legislativa de Pernambuco disponibiliza, em seu site, o flip do jornal. Acesse, clique e confira.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DE PERNAMBUCO**

A CASA DE TODOS OS PERNAMBUCANOS

www.twitter.com/alepeoficial | www.facebook.com/assembleiape | www.alepe.pe.gov.br